

Quem disse ?

«Programas e projectos contam pouco para a política-espectáculo»

Edite Estrela
Expresso, 24 de Novembro



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Relatório da OCDE

Portugal na rota «verde» do ambiente

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) traça um quadro altamente positivo da política ambiental em Portugal na última década, mas mesmo assim recomenda alguns melhoramentos gerais.

Num resumo do relatório sobre o estado do ambiente em Portugal nos últimos nove anos, e que foi apresentado ontem, em Lisboa, a OCDE considera que o nosso país deve «incentivar o desenvolvimento de uma indústria de gestão de resíduos, incluindo a co-incineração de resíduos industriais perigosos nas cimenteiras».

A integração das preocupações ambientais nas decisões económicas, o reforço da infraestrutura ambiental e o incentivo da cooperação internacional são os três aspectos que Portugal deve melhorar.

Os transportes são também um sector a melhorar, através da criação de sistemas sustentáveis de transportes urbanos.

Quanto à qualidade do ar, a OCDE considera que o País «adoptou várias medidas ambientais para conter o crescimento das emissões de poluentes atmosféricos na década de 90», mas ressalva que tem ainda alguns sinais de degradação nalgumas áreas industriais.

Apesar de notar que «Portugal progrediu no sentido de eliminar as substâncias que empobrecem a camada de ozono», a OCDE aconselha também a execução de uma estratégia nacional para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Algumas das lacunas apontadas no relatório da OCDE já estão a ser superadas. É o caso da recomendação do encerramento total das lixeiras, que o ministro do Ambiente, José Sócrates prevê concretizar até ao final do corrente ano.

Debate do Gabinete de Estudos

OE PRIVILEGIA INVESTIMENTO E PROMOVE CONVERGÊNCIA REAL COM A UE



O Orçamento para 2002 pauta-se pela verdade e transparência em cinco aspectos fundamentais: convergência real com os países da UE; investimento público como chave do desenvolvimento no âmbito do III QCA; despesa social tendo em vista o reforço da coesão; competitividade fiscal através dos regimes simplificados e de combate à fraude e evasão fiscais; e disciplina financeira traduzida em rigor orçamental e consolidação das contas públicas, segundo afirmou Guilherme d'Oliveira Martins na reunião de reflexão sobre este documento promovida pelo Gabinete de Estudos do PS.

Política Internacional

Cimeira Ibero-Americana Diplomacia portuguesa na ofensiva



Aproveitar a «oportunidade única» gerada pelos atentados terroristas aos EUA para o esboço de uma «nova ordem mundial», tendo em vista o relançamento do crescimento económico do planeta, foi o principal contributo deixado em Lima por António Guterres, na XI Cimeira Ibero-Americana. O primeiro-ministro português defendeu, por outro lado, uma agenda de reforma global que tenha por objectivos o combate à pobreza e a regulação de mercados globais para criar oportunidades, designadamente dos países emergentes.

Política

Conselho na República Dominicana IS quer maior empenho no combate à pobreza no mundo



O Conselho da Internacional Socialista (IS), organização presidida pelo camarada António Guterres, aprovou, no dia 27, em Santo Domingo, República Dominicana, uma declaração exortando os governos do mundo a esforçarem-se mais no combate contra a pobreza.

MORTE

João Tito de Morais

UM CAMARADA DE PRIMEIRA LINHA

«Partiu um camarada de primeira linha, um profissional de mão-cheia, um cidadão exemplar e um amigo dedicado de todas as horas»

Fausto Correia

O PS perdeu no passado dia 25 um dos seus 115 fundadores. João Tito de Morais, 62 anos, oriundo de uma família de destacados resistentes antifascistas, faleceu em consequência de uma pneumonia, depois de ter feito um transplante para tratamento de uma linfoma.



Jorge Coelho, que deu de imediato indicações a todas as sedes do PS para que as bandeiras do partido fossem colocadas a meia-haste, disse que João Tito de Morais «marcou com a sua postura humanista e grande sentido de lealdade um percurso importante na vida do País e do PS». «O PS curva-se perante a sua memória», acrescentou.

João Tito de Morais iniciou o seu combate ao salazarismo nos anos 50, ainda estudante, participando nas lutas académicas. Foi nessa altura presidente da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico. Em 1960, para não participar na guerra colonial exilou-se no estrangeiro. Esteve em França, Itália, Alemanha e no Brasil, onde fixou residência.

No Brasil, pertenceu a diversas organizações de portuguesas que contestavam a ditadura do Estado Novo. Após o 25 de Abril, regressa a Portugal no dia 1 de Maio, ainda a tempo de participar

nas primeiras comemorações do Dia do Trabalhador.

Destacado dirigente do PS, esteve sempre na primeira linha de todos os combates travados pelo partido, tendo sido um dos animadores no princípio dos anos 80 da tendência «Esquerda Laboral».

O percurso profissional do camarada João Tito de Morais este sempre ligado à Comunicação Social. Foi administrador da Anop (agência que veio dar origem à Lusa) nos anos 70, seguindo-se o cargo de conselheiro de Imprensa da embaixada de Portugal em Roma.

Já nos anos 80 foi administrador da RTP, durante o Governo do Bloco Central, assumindo depois o cargo de director da agência internacional de notícias IPS, com sede em Roma, e administrador da empresa gráfica CEIG, no Dafundo.

Actualmente, desempenhava o cargo de administrador da empresa Morandi Hotel, conhecida agora como Mcall.

J. C. CASTELO BRANCO

SEMANA

Dalai Lama em Portugal Grupo de amizade luso-tibetano em perspectiva

Os deputados socialistas Ana Catarina Mendes e Celeste Correia acolheram de bom grado a proposta do Dalai Lama de formar um grupo amizade luso-tibetano, num encontro ocorrido no passado dia 27, num hotel de Lisboa.

De visita ao nosso país, o líder espiritual do Tibete pediu aos deputados: «Suportem a nossa causa.»



José Junqueiro salienta PIDDAC 2002 é «o maior de sempre» para Viseu

O secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária e presidente da Federação Distrital de Viseu do PS, José Junqueiro, congratulou-se por o Governo prever investir mais de 78 milhões de contos no distrito no próximo ano.

José Junqueiro adiantou que aos mais de 33 milhões de contos previstos no PIDDAC 2002 – «o maior de sempre» para o distrito de Viseu – somam-se outros investimentos que totalizam os 78 milhões de contos, o que leva o deputado do PS a constatar que se vivem «momentos muito diferentes aos de há alguns anos atrás».

O parlamentar comparou o investimento que o Governo do PS pretende fazer no distrito em 2002 aos cerca de 30 milhões de contos do último ano de Governo do PSD.

Em relação às verbas do PIDDAC, comparativamente a 1995, «ano em que o PSD inscreveu para Viseu apenas 17.140.000 contos, regista-se um aumento de 96 por cento», segundo uma análise da Federação Distrital de Viseu do PS.

Por outro lado, os 24 municípios do distrito vão receber em 2002 «mais 11,8 por cento do que em 2001», uma transferência de «mais do dobro do que distribuía o PSD» em 1995.

Idêntico acréscimo regista-se igualmente nas transferências para as 372 freguesias, estando também previstos outros investimentos não incluídos no PIDDAC, no valor de 16,8 milhões de contos, onde estão incluídos, por exemplo, os cerca de 6,4 milhões de contos ao abrigo do programa Polis.

MODERP

Manuel Jerónimo reeleito coordenador

O camarada Manuel Jerónimo foi reeleito por mais três anos secretário-coordenador do MODERP, organização nacional de reformados e pensionistas ligada à UGT.

A lista apresentada por Manuel Jerónimo obteve 98 por cento dos votos, o que avaliou positivamente que os idosos fizeram do trabalho realizado pelos corpos gerentes do MODERP.



OE-2002

PS acaba com uso profissional dos veículos no IA

O Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração do Imposto Automóvel (IA), que põe termo ao estatuto de uso profissional dos veículos e reduz as isenções fiscais de algumas categorias de automóveis.

Estas medidas vão no sentido da preparação da reforma da tributação automóvel e pretendem, nomeadamente, acabar com o chamado uso dos veículos, já que essa classificação é dificilmente verificável e potenciadora de uma perda de receitas fiscais. Serão criadas novas categorias fiscais de veículos e as taxas de imposto municipal associadas a estes meios de transportes serão actualizadas em 2,75 por cento,

segundo a proposta do PS. Os veículos comuns de passageiros transformados (com uma rede separadora) vão beneficiar de uma isenção de 55 por cento do imposto automóvel, quando a sua anterior isenção era de 65 por cento.

A proposta do Partido Socialista, apresentada no dia 23, que também revela preocupações ambientais, pressupõe um prolongamento do prazo até 31 de Dezembro de 2002 do incentivo fiscal para o abate de automóveis, mas elimina a redução progressiva do imposto em função do tempo de vida do mesmo, pois o impacto ambiental não decresce.

ASSINE

E DIVULGUE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA



CONSULTE O NOSSO SITE

www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/

OE PRIVILEGIA INVESTIMENTO E PROMOVE CONVERGÊNCIA REAL COM A UE

Num cenário macroeconómico marcado pela incerteza e turbulência internacional, o Orçamento de Estado (OE) para 2002 «serve o desenvolvimento do País, afirma a função social do Estado, ataca os problemas da despesa pública, e através do recurso ao investimento público produtivo contraria o forte abrandamento do actual ciclo económico», afirmou o deputado João Cravinho ao iniciar um debate promovido pelo Gabinete de Estudos no passado dia 27 em Lisboa.

O utro sublinhado comum a todas as intervenções foi o da seriedade e rigor do texto que prossegue uma política de convergência real com a União Europeia (UE). José Lemos, o primeiro interveniente do debate em que participaram Silva Pinto e Fernando Serrasqueiro e Guilherme d'Oliveira Martins, depois de referir que o OE para 2002 está a se discutido numa altura em que se sucedem as revisões em baixa das previsões económicas, sublinhou que o Orçamento traça orientações claras de combate à evasão fiscal, nomeadamente «off-shores, e nas utilizações abusivas na Madeira e nos Açores. Silva Pinto, por sua vez, sustentou que o OE é um «texto sério» que merece ser aprovado, lembrando que o ambiente de incerteza em que estamos mergulhados implica «uma maior flexibilidade dos Governos com vista a ajustamentos». No mundo empresarial, acrescentou, «todos os sectores, incluindo os mais neoliberais,



defendem já soluções keynesianas», para contornar a desaceleração da economia. O deputado Fernando Serrasqueiro, na sua intervenção, sublinhou também que o OE, apesar de elaborado num cenário macro-

económico «muito volátil», tem uma profunda marca social, referindo a propósito o enorme esforço desenvolvido pelos Governos do PS nesta área, que se traduz no facto de a despesa social ter

passado de 45 por cento em 1995, para 57 por cento em 2001.

Já o ministro das Finanças, Guilherme d'Oliveira, lembrou que a proposta de Orçamento de Estado foi elaborada antes dos acontecimentos de 11 de Setembro, pelo que foi necessário proceder a uma revisão do cenário macroeconómico.

Considerando que a incerteza está instalada, Oliveira Martins defendeu que o Governo deve ter a coragem de dizer em cada momento qual a situação económica do País.

Saliou que Portugal é um dos cinco melhores no que respeita à dívida pública, sustentou que o princípio da convergência real não é apenas económico, aferindo-se também com outros elementos tais como o investimento público, a despesa social, a competitividade fiscal e o rigor orçamental, num quadro de consolidação da despesa pública.

Oliveira Martins referiu ainda que o OE prossegue o objectivo de convergência real com os nossos parceiros europeus, dá prioridade ao investimento público, cumpre os objectivos de políticas sociais e continua o combate sem tréguas à fraude e evasão fiscais.

A terminar a sua intervenção, Oliveira Martins referiu-se ao OE-2002 como o Orçamento de verdade e transparência em cinco aspectos fundamentais: convergência real com os países da UE; investimento público como chave do desenvolvimento no âmbito do III QCA; despesa social tendo em vista o reforço da coesão; competitividade fiscal através dos regimes simplificados e de combate à fraude e evasão fiscais; e disciplina financeira traduzida em rigor orçamental e consolidação das contas públicas.

APROVADO ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

O segundo Orçamento rectificativo de 2002 foi aprovado, ontem, na Assembleia da República, com os votos favoráveis da bancada socialista e com a abstenção do deputado independente Daniel Campelo. O ministro das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins, na sua intervenção em defesa da aprovação desta revisão orçamental, reafirmou a necessidade de se proceder a um aumento da dívida do Estado pelo abrandamento das receitas públicas decorrente da desaceleração económica. Guilherme d'Oliveira Martins dirigindo-se às

oposições, afirmou que «quem votar contra» terá de «assumir as responsabilidades» dos prejuízos na consolidação do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), onde estão inscritos os avultados programas de investimento no país comparticipados financeiramente pelos fundos Estruturais e de Coesão da UE.

O ministro lembrou à oposição os efeitos nefastos que o chumbo do Orçamento rectificativo terão na economia, alertando que com um eventual chumbo do documento «só a despesa de investimento poderia ainda ser sacrificada, com consequências profun-

damente negativas de norte a sul do País».

«Quem votar contra esta alteração assume inteiramente as responsabilidades de não apresentar qualquer solução, prejudicando a consolidação dos projectos do III Quadro Comunitário de Apoio», sublinhou.

Oliveira Martins argumentou por diversas vezes que a quebra das receitas fiscais que motivou a apresentação do segundo Orçamento rectificativo se deve «ao abrandamento económico» e aos «efeitos económicos dos eventos de 11 de Setembro».

«A verdade é que o que estamos a fazer está

a ser feito por um número significativo de países europeus», sustentou o ministro, acrescentando que o objectivo único do Governo é obter do Parlamento autorização «para aumento da dívida pública para compensar a redução da receita».

Oliveira Martins disse estar a seguir os conselhos e desafios dados «há poucos dias» pelo PCP e BE - no sentido de ser usada a margem de manobra do Pacto europeu de Estabilidade orçamental -, acusando-os de esquecerem agora esses conselhos, encontrando «outros argumentos para formular outras críticas» e justificar o voto contra.

DIPLOMACIA PORTUGUESA NA OFENSIVA

Aproveitar a «oportunidade única» gerada pelos atentados terroristas aos EUA para o esboço de uma «nova ordem mundial», tendo em vista o relançamento do crescimento económico do planeta, foi o principal contributo deixado em Lima por António Guterres, na XI Cimeira Ibero-Americana. O primeiro-ministro português defendeu, por outro lado, uma agenda de reforma global que tenha por objectivos o combate à pobreza e a regulação de mercados globais para criar oportunidades, designadamente dos países emergentes.

A estruturação de uma nova estratégia internacional pós-11 de Setembro foi o principal ponto em análise na reunião bilateral entre Portugal e o Brasil, realizada à margem da cimeira em que participaram, pelo lado português, Jorge Sampaio e António Guterres e Fernando Henrique Cardoso, do lado brasileiro.

Guterres, Sampaio e Cardoso reuniram-se para discutir a nova agenda global, destacando-se, a par da análise da situação internacional, a concertação luso-brasileira para «consolidar a opção dos timorenses pela língua portuguesa e o que isso implica», bem como a consolidação do acordo entre a União Europeia e o Mercosul. Depois do Brasil, o Governo português estabeleceu também com o Executivo do México canais próprios e directos para uma iniciativa global conducente ao lançamento de uma agenda internacional pós-11 de Setembro.

Num encontro bilateral com o Presidente mexicano, Vicente Fox, o primeiro-ministro português concertou posições neste contexto com o México, à semelhança do que fizera com o mandatário brasileiro e, recentemente, com vários dirigentes europeus.

A ideia consiste em aproveitar a reflexão da situação mundial suscitada pela crise internacional criada na sequência dos atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos para lançar, não apenas no seio da União Europeia como também alargada a todo o mundo, uma iniciativa para a definição de uma nova agenda global.

No encontro, o primeiro-ministro português convidou Vicente Fox a visitar Portugal e foi convidado pelo presidente mexicano a participar no Fórum de Monterrey, que se realiza em Março do próximo ano no México.

Princípios comuns reafirmados

Do saldo desta cimeira fica a renovação do compromisso dos países ibero-americanos de fortalecerem e dinamizarem este fórum de debate e reflexão política, que já vai na sua décima primeira edição, e a reafirmação dos princípios que unem as nações ibéricas



e americanas.

A Declaração Final de Lima faz um balanço dos dez anos de cimeiras, considerando que houve uma «consolidação da comunidade ibero-americana como fórum de concertação política e de cooperação económica e social, mediante o diálogo, a cooperação e a solidariedade».

Neste contexto, os líderes ibero-americanos reafirmam «o desejo de, unidos, construir um futuro de paz, de maior bem-estar e de igualdade social no quadro do desenvolvimento sustentável, tendo como premissas fundamentais os «valores e princípios» comuns e «os princípios universais da Carta das Nações Unidas», de que destaca a «soberania, integridade territorial, não utilização da força nas relações internacionais, não intervenção, igualdade jurídica dos Estados, bem como o direito de cada povo a construir livremente em paz, liberdade e justiça, o seu sistema político (...) e o respeito e promoção dos direitos humanos».

Num outro ponto do documento, os mandatários abordam as consequências, simultaneamente positivas e negativas, da globalização nas economias dos países, afirmando a sua convicção de que «a globalização, a integração regional aberta e a descentralização» podem vir a desenvolver-se como processos que «promovam o desenvolvimento económico e social, o aprofundamento dos processos democráticos e favoreçam a consolidação de um sistema multilateral de livre comércio». Neste sentido, propõem aos Estados-membros o «fomento da descentralização e o fortalecimento do desenvolvimento institucional, da capacidade de gestão e da administração transparente das finanças públicas» com o objectivo de dotar os governos das infra-estruturas e serviços públicos melhores e mais eficientes na luta contra a pobreza e a exclusão e na promoção da competitividade económica.

Houve destaque igualmente para uma tomada de posição sobre o problema da dívida externa, que «constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico e fortalecimento democrático» de muitos dos países ibero-americanos, expresso no apoio formulado «às negociações com vista a obter um tratamento mais flexível a fim de que (...) se consiga aliviar o problema da carga da dívida».

O documento realça igualmente o compromisso assumido pelos mandatários ibero-americanos de «combater individual e colectivamente a corrupção pública e privada», bem como conjugar de esforços para obter rapidamente «uma convenção contra a corrupção no âmbito das Nações Unidas».

Acordam também na importância de «modernizar e harmonizar a legislação penal, bancária e financeira» dos países ibero-americanos, visando lutar eficazmente contra as novas formas criminais e a delinquência transnacional organizada», designadamente a lavagem de dinheiro.

Outro aspecto que foi muito discutido durante a cimeira prende-se com a necessidade de se reduzir os gastos com a defesa nesta região do mundo, tema que é também objecto de declaração no documento oficial, onde se salienta ainda, em diversos pontos, o «predomínio e a consolidação da democracia» na região, sublinhando o «imperativo» que constituem «a estabilidade e transparência», e acordando «zelar por uma maior eficiência na administração pública».

No âmbito dos direitos humanos, o texto reitera «o compromisso iniludível» de «proteger, promover e garantir a vigência plena dos direitos humanos», a par da «criação e melhoria das condições para a sua efectiva e plena realização».

A «luta contra todas as formas de discriminação» é igualmente reiterada e os

mandatários ibero-americanos renovaram ainda o compromisso de «combater as drogas ilegais e os seus delitos conexos».

Declaração autónoma para economia internacional

A necessidade de enfrentar a actual crise mundial foi consagrada numa declaração política especial anexa à Declaração de Lima. Segundo o texto da declaração, os chefes de Estado e de governo ibero-americanos concordam na «urgência de uma rápida e efectiva resposta da comunidade internacional para enfrentar a difícil situação económica mundial e os seus efeitos negativos na comunidade ibero-americana», agravada depois dos atentados de 11 de Setembro.

Os mandatários observam «com preocupação a redução dos fluxos de capital para os mercados latino-americanos e a redução do investimento externo directo» pela previsível influência na reactivação destas economias e recuperação do crescimento, bem como «a volatilidade dos mercados financeiros» que afecta crescentemente as economias emergentes. Fazem, por isso, uma exigência clara no sentido da liberalização do comércio mundial, comprometendo-se a «desenvolver os maiores esforços para impulsionar o desenvolvimento comercial», exortando nomeadamente à abertura dos mercados dos países industriais aos produtos das economias emergentes, como «via mais realista para lutar contra a pobreza» numa região em que há 160 milhões de pessoas sobrevivendo com menos de dois dólares por dia.

Terrorismo condenado «energicamente»

Os chefes de Estado e de governo ibero-americanos sábado uma declaração política sobre terrorismo em que condenam energeticamente todos os actos de terrorismo e se comprometem a combater este flagelo. A declaração, que inicialmente deveria constituir um parágrafo da Declaração Final do encontro mas que, na última reunião de chefes de diplomacia prévia à cimeira foi decidido autonomizar num documento independente, exprime «a mais enérgica condenação de todos os actos de terrorismo», referindo explicitamente os atentados de 11 de Setembro, que qualifica de «manifestação execrável» do terrorismo. Os mandatários ibero-americanos comprometem-se «a combater o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, onde quer que seja produzido e por quem quer que seja cometido», bem como a «não dar ajuda nem refúgio aos autores, promotores ou participantes em actividades terroristas, e reforçar as respectivas legislações nacionais para «evitar a impunidade» e orientá-las para «erradicar este tipo de actos que ameaçam a paz e a democracia».

MAIOR EMPENHO NO COMBATE À POBREZA NO MUNDO

O Conselho da Internacional Socialista (IS), organização presidida pelo camarada António Guterres, aprovou, no dia 27, em Santo Domingo, República Dominicana, uma declaração exortando os governos do mundo a esforçarem-se mais no combate contra a pobreza.

Guterres, na intervenção que efectuou na abertura do Conselho, exprimiu em nome da IS «uma condenação firme e sem ambiguidades do terrorismo sob todas as suas formas», «a solidariedade para com as vítimas e os povos» que sofrem os efeitos deste flagelo e o apoio «solidário» à coligação internacional que combate neste momento as bases terroristas no Afeganistão. Relativamente aos conflitos regionais, destacou a situação no Médio Oriente, sublinhando que «há que parar a violência» e «iniciar um diálogo político sem condições prévias» que envolva toda a comunidade internacional e consagre a proclamação de um Estado palestino independente.

O Conselho da IS aprovou no último dia do encontro uma declaração referindo que «a falta de perspectivas e o desespero em todas as regiões do mundo podem abrir caminho ao extremismo e à violência». «Exortamos a que seja feito um maior esforço no combate contra a pobreza e a injustiça tal como foi feito no combate contra o terrorismo», lê-se no documento.



Os delegados, provenientes de mais de 100 países, entre eles Portugal, representado por António Guterres, reiteraram o seu apoio à acção militar antiterrorista liderada pelos Estados Unidos.

«Nenhum esforço deve ser poupado para levar perante a justiça os responsáveis por estas atrocidades e para livrar o mundo do flagelo do terrorismo», afirmaram os

membros do Conselho, numa referência aos ataques de 11 de Setembro contra Nova Iorque e Washington.

Foi também expressa a sua condenação do terrorismo, assim como o seu compromisso na solução de conflitos mundiais.

Segundo a aprovada pela IS, «qualquer acção destinada a erradicar o terrorismo só será efectiva se atacar os meios e as estruturas

que permitem o funcionamento e a existência das organizações que o apoiam».

A IS, que conta entre os seus membros com o Partido Trabalhista israelita e com a Fatah, movimento do presidente da Alta Autoridade palestina Yasser Arafat, aprovou também um documento sobre conflito no Médio Oriente, onde apela «a favor da paz e do diálogo na região».

CAPOULAS SANTOS SATISFEITO COM PLANO DE RECONVERSÃO DA FROTA

Portugal, através do ministro Capoulas Santos, conseguiu mais uma vez, nas difíceis negociações de Bruxelas, salvaguardar os interesses do nosso sector das pescas. O plano de reconversão das frotas portuguesa e espanhola afectadas pela não renovação do acordo de pesca com Marrocos foi aprovado no dia 27 por unanimidade pelos ministros das Pescas da União Europeia (UE).

Para o ministro da Agricultura e Pescas, Capoulas Santos, trata-se de «uma longa batalha que hoje chegou ao fim», na qual

Portugal conseguiu resposta para praticamente «100 por cento das suas reivindicações».

Capoulas Santos considerou que teria sido preferível existir acordo com Marrocos e que «Portugal tudo fez para que isso acontecesse», mas no actual quadro considera-se «satisfeito» com o resultado final desta negociação.

Os Quinze aceitaram incluir no plano - que conta com um financiamento de 197 milhões de euros (cerca de 40 milhões de contos) - os pedidos feitos por Portugal e Espanha no sentido de melhorar as medidas sociais previstas.

Assim, a UE compromete-se a co-financiar os regimes nacionais de ajuda à pré-reforma dos pescadores, que poderão

para esse efeito receber até quatro mil contos de indemnização.

Para o prémio no âmbito de um plano social ou colectivo que vise o abandono da actividade, os países ibéricos conseguiram também uma majoração de 20 por cento. Deste modo, os pescadores que optarem pelo abandono da actividade vão receber cerca de 12 mil contos de indemnização. Ainda no quadro dos apoios sociais, os pescadores e os trabalhadores que exerciam actividades em terra de apoio à frota de Marrocos, vão receber um subsídio individual que poderá atingir os 2.200 contos, desde que não retomem a sua actividade antes de um ano.

No que respeita às medidas para os armadores, foi aprovada uma majoração

de 30 por cento nos montantes máximos elegíveis de investimento referente a projectos de modernização e reconversão dos barcos.

Portugal conseguiu ainda que a sua principal prioridade nestas negociações fosse aceite.

Trata-se da redução de nove para seis meses do período mínimo exigido de paralisação nos últimos dois anos para que os pescadores e os armadores possam beneficiar destas medidas.

«A não ser aprovada esta reivindicação, Portugal poderia ver excluídas quatro ou cinco embarcações de um total de 29 que operavam nas águas marroquinas à data da expiração do acordo», afirmou o ministro.

DEFESA

Helicópteros: Governo poupa oito milhões de contos

O ministro da Defesa recebeu contrapropostas dos dois consórcios concorrentes ao fornecimento de novos helicópteros pesados para a Força Aérea que baixam em cerca de oito milhões de contos o valor de venda dos aparelhos.

A apresentação desta redução de última hora na proposta apresentada pelo concorrente norte-americano da «Sikorsky» foi a razão essencial para que Rui Pena tivesse decidido adiar o anúncio do consórcio escolhido para fabricar os helicópteros destinados a substituir os Puma da Força Aérea.

O ministro da Defesa, que foi ouvido, no dia 26, pela Comissão de Defesa da Assembleia da República, confirmou que o adiamento do anúncio foi motivado «por uma questão de preço» e que «nada teve a ver» com as contrapartidas de investimento oferecidas ao Estado português pelos concorrentes.

«Entendi dever, com o consenso expresso dos concorrentes, fazer um pequeno aditamento ao processo do concurso no sentido de cada um dos concorrentes fazerem uma última proposta de preço. Foi só uma questão de preços e não teve nada a ver com contrapartidas», sublinhou o ministro à saída da reunião.

Nos próximos dias, Rui Pena deverá anunciar o vencedor do concurso e congratular-se com o facto de ter conseguido poupar ao erário público cerca de oito milhões de contos (os ingleses da «Agusta-Westland» baixaram a sua proposta em oito milhões e 200 mil contos, em resposta à dos americanos da «Sikorsky», que baixaram em oito milhões).

No final da reunião, no Parlamento, Rui Pena não deixou de assinalar que o adiamento do anúncio «já valeu a pena» em função da redução nos preços.



«A minha consciência diz-me que não tenho de tolher os meus passos», disse, ao defender que «não tem de haver constrangimentos nem inibições» da parte dos governantes ou dos autarcas.

Na opinião do governante, na «democracia adulta, a cidade não se deixará influenciar sobre os acontecimentos da hora, fará antes o juízo sobre o desempenho total» do mandato.

O elevador inaugurado sexta-feira efectua a ligação a partir do Mercado Municipal ao início da Alta Universitária e tem capacidade para transportar diariamente cerca de 700 pessoas.

ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA E PORTUÁRIA

Rede Plataformas Logísticas fundamental para competitividade

O secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, José Junqueiro, garantiu que a Rede Nacional de Plataformas Logísticas «é fundamental para a internacionalização da economia portuguesa».

«Portugal tem de se inserir no espaço europeu, vivemos num espaço em aberto, temos uma relação com o Brasil que importa intensificar e é fundamental que este sector dos transportes seja um contribuinte líquido para a internacionalização da economia portuguesa», referiu Junqueiro, na inauguração do Terminal Multimodal do Vale do Tejo, que decorreu, no dia 24, em Riachos, concelho de Torres Novas, distrito de Santarém. Segundo o secretário de Estado, o Executivo pretende, «com uma plataforma a norte, uma plataforma que agregue Lisboa e Setúbal e o desenvolvimento da área logística de Sines, fazer a afirmação internacional do País, dotando-o com equipamentos que o tornem mais competitivo».

José Junqueiro adiantou que esta Rede Nacional de Plataformas Logísticas, «proposta pelo grupo de missão criado pelo Governo», já foi despachado para Conselho de Ministros e «antes do Natal será submetida à discussão pública».



ECONOMIA

Preço dos combustíveis pode descer

O ministro da Economia, Braga da Cruz, reconheceu que o preço da gasolina poderá evoluir de acordo com o comportamento do custo dos combustíveis em Janeiro de 2002 e admitiu que baixasse.

Quando falava aos jornalistas, na passada sexta-feira, dia 23, depois da cerimónia do trigésimo aniversário da fábrica de Ovar da Salvador Caetano, o ministro afirmou: «Se os combustíveis descerem pode haver baixas, se subirem pode haver subidas; neste momento, por acaso, estão em baixa.»

Segundo Braga da Cruz, há expectativa de em Janeiro haver uma mudança de critérios de fixação de preços, que pode ir no sentido da liberalização. «Qualquer regime que seja transparente e perceptível é útil para os portugueses, porque podem fazer uma previsão melhor de como evoluem os preços», adiantou.

Em matéria de privatizações, Braga da Cruz admitiu que o processo da Portucel poderá ser alvo de concurso por mais de um concorrente e deverá ser iniciado no início de 2002.



SAÚDE

Orçamento envolve ética

O ministro da Saúde, Correia de Campos, admitiu terça-feira, em Fátima, que as verbas para o sector não podem ter limitações orçamentais porque envolvem questões éticas relacionadas com a vida dos doentes.

Presente nas jornadas da Pastoral da Saúde que tiveram início no dia 27 em Fátima, Correia de Campos explicou que os vários sub-sistemas de Saúde, privados e corporativos, bem como as seguradoras, devem mais de 75 milhões de contos ao sector público.

Caso essas dívidas fossem pagas, o défice do sector passaria para metade, explicou o titular da pasta da Saúde, referindo-se aos «sub-sistemas a quem o Ministério presta serviço por contrato».



ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Obra socialista saudada como «emblemática»

Sonhado há quase um século, um elevador que liga a baixa comercial à alta universitária de Coimbra foi inaugurado, no passado dia 23, com elogios do secretário de Estado da Administração Local ao presidente da câmara socialista. José Augusto Carvalho aproveitou a «obra emblemática» para elogiar a «visão estratégica, a capacidade de trabalho e de empenho» do autarca Manuel Machado, que se recandidata no cargo.

«Quem de boa-fé não reconhece as obras» da câmara? Questionou o secretário de Estado, advertindo que «os críticos têm direito a exercer a crítica, mas não a adulterar a realidade».

Confrontado, mais tarde, pelos jornalistas, José Augusto Carvalho admitiu que as inaugurações em tempo de eleições trazem ao de cima a «velha questão» de saber «com que antecedência os responsáveis políticos teriam de se auto-enclausurar nos gabinetes».



AMBIENTE

Inaugurado Aterro de Resíduos do Baixo Tâmega

O ministro do Ambiente deslocou-se, no dia 26, aos concelhos de Amarante e Celorico de Basto para inaugurar o Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos do Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Baixo Tâmega (REBAT).

José Sócrates visitou a lixeira de Amarante, actualmente em recuperação, seguindo depois para a freguesia de Codeoso, concelho de Celorico de Basto, onde inaugurou o REBAT.

O sistema de REBAT vai servir os concelhos de Amarante, Baião, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Marco de Canaveses e Mondim de Basto, que totalizam uma população de 178 mil habitantes.

Além do aterro de Celorico de Basto, o sistema integra duas estações de transferência, três ecocentros e cerca de 360 ecopontos, e tratará cerca de 60 mil toneladas de resíduos sólidos, permitindo a desactivação de dez lixeiras da região.

O ministro José Sócrates tem como meta desactivar até ao final do ano as 341 lixeiras ainda existentes no País, permitindo que a totalidade dos portugueses sejam servidos por infra-estruturas adequadas ao tratamento de resíduos sólidos urbanos.



AGRICULTURA

Portugal tem rede de 126 matadouros «invejável»

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, garantiu que Portugal dispõe de uma «invejável» rede de matadouros, que cumpre todos os requisitos higieno-sanitários e que é suficiente para assegurar o abate de toda a produção nacional.

«Há dois anos, encetámos uma profunda reforma da rede nacional de abate, encerrando 50 matadouros que já deviam estar encerrados há muito, e abrindo ou modernizando outros, e hoje o País dispõe de uma rede composta por 126 matadouros, todos eles cumprindo todos os requisitos legais de natureza higieno-sanitária», frisou Capoulas Santos.

«Temos hoje, no plano europeu, uma situação invejável, já que há outros países onde se mantêm ainda em condições deficientes muitas unidades de abate», acrescentou.

O ministro da Agricultura salientou também o esforço do Governo na reabilitação dos cerca de 160 mercados e feiras do País, «que eram locais de contágio e de infecção de animais e que agora passam a garantir todas as condições de salubridade».

Capoulas Santos falava em Monção, no dia 24, onde procedeu à inauguração do matadouro local, que estava fechado desde Maio de 1998, para obras de remodelação e de adaptação às normas higio-sanitárias exigidas pela União Europeia.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Semana C&T: ministro incentiva iniciativas autónomas

O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, defendeu, no dia 24, em Lisboa, que a aproximação dos cidadãos à ciência passa pelo aumento das iniciativas autónomas e pela maior diversificação das áreas.

«Este ano tivemos muito mais iniciativas autónomas que partiram de entidades tão diversas como laboratórios, câmaras municipais, universidades, bibliotecas ou livrarias», declarou Mariano Gago.

O ministro acompanhava, sábado, o comissário europeu para a Investigação, Phillippe Busquin, que visitou o Pavilhão do Conhecimento, comemorando o Dia Nacional da Cultura Científica, para quem «a Europa deve gastar mais em pesquisa e inovação» por forma a manter uma economia dinâmica. De destacar que também foram lançados este ano, pela primeira vez, consultórios científicos que funcionam exclusivamente na Internet.

«Os cidadãos colocam as suas perguntas e recebem a resposta em mais ou menos 24 horas», explicou o titular da pasta da Ciência.

A trabalhar nas respostas, nem sempre fáceis, estão 50 entidades científicas que já se mostraram disponíveis para dar continuidade ao projecto e garantir um consultório permanente.



PESCAS

Usar «energia verde» na aquicultura

O Governo pretende incentivar a utilização de energias renováveis e gás natural nas unidades de aquicultura, pelo que vai apoiar as empresas nos custos efectuados.

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, disse no dia 23 que para a execução desta medida, a ser analisada brevemente em Conselho de Ministros, está inscrita uma verba de 84 mil contos no Orçamento de Estado para 2002. O apoio à utilização de energias renováveis integra-se num conjunto de medidas visando o reforço da aquicultura em Portugal.

Trata-se de alargar às pescas o conceito já utilizado na agricultura de «electricidade verde», apoiando o consumo de energias não poluentes.

As empresas de aquicultura poderão receber um apoio de 20 por cento por quilowatt de «energia verde» gasto nas suas unidades.

O secretário de Estado explicou que a distinção da origem da energia consumida (renovável ou não renovável) será feita pela EDP e consta da factura, documento que será apresentado como prova para o pagamento do apoio.

Esta medida está prevista no Orçamento de Estado para 2002 contando com uma verba de 84 mil contos inscrita no programa de investimento e despesas de desenvolvimento da administração central (PIDDAC).



FINANÇAS

Terceiro Orçamento rectificativo para 2001 é «disparate»

A possibilidade de um terceiro Orçamento rectificativo para 2001 «é um disparate», segundo disse, no dia 24, o ministro das Finanças, afirmando que a despesa pública está controlada. Guilherme d'Oliveira Martins falava numa palestra organizada pela Associação dos Antigos Alunos de Económicas do ISEG e referia-se a uma notícia divulgada, sábado, num semanário que apontava para a apresentação de um orçamento rectificativo nos primeiros dias do novo ano.

O argumento apresentado pelo jornal era o descontrolo das despesas associado à derrapagem das receitas, o que levaria à elaboração de um novo documento nos primeiros dias de Janeiro.

«Não é possível apresentar um orçamento rectificativo depois de terminado o ano a que diz respeito», sublinhou o governante.

Por outro lado, Guilherme d'Oliveira Martins referiu que «a despesa está controlada devido a um esforço férreo» nesse sentido, acrescentando que «se não soubéssemos hoje qual é a despesa no final do ano, não sabíamos nada de finanças».

Recorde-se que o primeiro Orçamento rectificativo foi apresentado em Julho e o segundo foi aprovado no Conselho de Ministro do passado dia 22.



TURISMO

Portugal com razões para optimismo

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Cabrita Neto, disse que Portugal tem razões para estar optimista em relação ao sector turístico, embora a «difícil conjuntura internacional seja motivo para alguma preocupação».

«Os acontecimentos dramáticos de 11 de Setembro [atentados terroristas em Nova Iorque] abalaram o turismo a nível internacional, até porque surgiram num momento de desaceleração do desenvolvimento económico de países importantes como os Estados Unidos da América e alguns da Europa», referiu.

«Portugal também tem que ter alguma preocupação com esta conjuntura, mas tem razões para estar optimista, desde logo porque não está muito dependente do turismo americano, que é apenas dois por cento dos turistas estrangeiros que se dirigem a Portugal», acrescentou.

Cabrita Neto disse ainda que Portugal tem como trunfos o facto de se situar longe das zonas geográficas do conflito, de gozar de um prestígio de uma imagem «bastante positivos» no contexto internacional e de ter como principais mercados países vizinhos, como Espanha, Reino Unido, Holanda e França.



ORÇAMENTO ALTERADO

O Conselho de Ministros, em reunião extraordinária, que teve lugar no dia 21, na Residência Oficial do primeiro-ministro, aprovou uma proposta de lei que altera a Lei do Orçamento de Estado para 2001

No comunicado distribuído à Comunicação Social, o Governo sublinha que o Pacto de Estabilidade e Crescimento constitui, no seio da União Europeia, um mecanismo de garantia de consolidação das finanças públicas, com a manutenção – salvo casos muito excepcionais – dos défices públicos abaixo dos três por cento do PIB, e – consequentemente – de estabilidade financeira.

Contudo, não se pretendeu com este compromisso retirar aos governos a faculdade de utilização da política orçamental, apenas se procurou discipliná-la.

Neste contexto, e de forma a garantir a necessária flexibilidade quer para o prosseguimento de políticas anti-cíclicas, quer para o funcionamento dos estabilizadores automáticos, foi adicionalmente estabelecido que, em situações de crescimento, os orçamentos deveriam apresentar-se tendencialmente equilibrados ou superavitários.

Assim, os Programas de Estabilidade e Crescimento constituem exercícios anuais dos Estados-membros, pelos quais estes



definem e desenham a trajectória de convergência das respectivas contas públicas no contexto dos objectivos do Pacto. Exercícios que se baseiam – e apenas nesse âmbito são válidos e dotados de sentido – em exercícios prévios de prospectiva macroeconómica.

A execução orçamental de 2001 tem vindo a sofrer sérias repercussões de uma cobrança fiscal significativamente inferior ao inicialmente previsto, no quadro de um cenário de abrandamento do dinamismo económico nacional e internacional. Repercussões que se neutralizam por via

da redução de despesa ou se repercutem num aumento do défice público, ultrapassando os propósitos iniciais constantes do Programa apresentado em Janeiro de 2001.

Com o Orçamento Rectificativo aprovado em Julho passado, o Executivo socialista desencadeou um enorme esforço de contenção na despesa pública.

Actualmente, o ajustamento necessário para neutralizar por completo a diminuição das receitas já não seria possível sem que se atingisse o investimento público e outras despesas de elevado cariz social e económico, pondo em risco o próprio crescimento económico, o emprego e o desenvolvimento do País.

Neste âmbito, considerando que, num

esforço de racionalização e poupança, esgotou a contenção de despesa possível no prazo imediato, o Governo propõe-se repercutir a demais diminuição da receita num aumento do endividamento.

Por outro lado, para evitar que, nesta conjuntura, o investimento público possa ficar comprometido, propõe-se que se permita um aumento dos montantes de fundos dos Quadros Comunitários a antecipar para garantir o encerramento do QCA II e o início do QCA III.

Por último, os ataques terroristas nos EUA, afectando significativamente o sector da aviação civil a nível mundial, nomeadamente no que respeita à cobertura de determinados riscos pela indústria seguradora, tornaram necessária a adopção de medidas de apoio no curto prazo tendo em vista, excepcionalmente, colmatar a lacuna que se está a verificar na cobertura dos danos de terceiros nas situações de guerra ou terrorismo, evitando deste modo a descontinuidade na operação das companhias aéreas e dos restantes serviços de apoio ao transporte aéreo, no que respeita aos aeroportos portugueses.

Esta situação manter-se-á enquanto se verificar a insuficiência do mercado segurador, pelo que o Governo propôs à Assembleia da República a autorização para aprovar um decreto-lei que tem por objecto a criação de uma garantia pessoal de Estado consubstanciada num regime de garantia relativamente aos riscos de guerra e terrorismo na área dos transportes aéreos.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 22 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que procede à criação dos Julgados de Paz de Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Vila Nova de Gaia;
- Um decreto-lei que altera a Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, que regula a estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários;
- Uma resolução que adjudica, provisoriamente, à Solverde – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, SA, a concessão de exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar no casino da zona de jogo de Vidago-Pedras Salgadas;
- Um decreto-lei que aprova o alargamento da Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso;
- Um decreto-lei que aprova a redução da Região de Turismo da Serra do Marão e altera o Decreto-lei n.º 77/93, de 3 de Dezembro;
- Um decreto-lei que altera a área de jurisdição da APA – Administração do Porto de Aveiro, SA, e transfere competências no Domínio Público Hídrico para o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Um decreto regulamentar que aprova a estrutura, atribuições e o funcionamento da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM);
- Um diploma que altera o decreto que regula a declaração de interesse para o turismo;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central;
- Uma proposta de resolução que aprova, para adesão, a convenção inter-americana sobre arbitragem comercial internacional aberta à assinatura no Panamá, em 30 de Janeiro de 1975;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor de Recuperação da Tapada das Figueiras, no município de Castelo Branco;
- Uma resolução que ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Valongo, na área delimitada na planta;
- Uma resolução que ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Valongo, na área delimitada na planta.

DESTAQUE – CM

Justiça

NOVOS JULGADOS DE PAZ

O Executivo socialista aprovou, na reunião de Conselho de Ministros do passado dia 22, um decreto-lei que procede à criação dos Julgados de Paz de Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Vila Nova de Gaia.

A lei que regula a organização, competência e funcionamento dos julgados de paz, determina no art.º 64º que o Governo criará e providenciará a instalação de julgados de paz como projectos experimentais, no âmbito dos municípios de Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Vila Nova de Gaia.

Assim, é objecto do diploma aprovado proceder à criação de tais julgados, delimitando em relação a cada um deles a respectiva circunscrição territorial, a organização interna e competências dos serviços que os integram, destacando-se, em particular, o serviço de mediação. Este diploma surge, deste modo, no âmbito de uma nova política de administração da justiça, iniciada pelo Ministério da Justiça, que responderá mais eficazmente às necessidades da

sociedade, visando uma justiça mais célere e próxima dos cidadãos, por forma a permitir a tutela efectiva dos seus direitos.

Decisões mais céleres

Também na passada quinta-feira, o Governo de António Guterres decidiu alterar a lei de 1998 que regula a estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

Este diploma vem aprovar alterações à Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, que regula a estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

Prevê-se que, em situações de manifesta carência de magistrados que seja necessário suprir com urgência, o ministro da Justiça, ouvidos o Conselho Superior da Magistratura, a Procuradoria-Geral da República e o director do CEJ, possa por despacho fundamentado alterar os prazos das actividades teórico-práticas de formação dos auditores de justiça.

UNIDADE EM TORNO DE SCHROEDER E DO GOVERNO

O Congresso de Nuremberga ficará como «um mais importantes da história da social-democracia alemã», afirmou o chanceler Gerard Schroeder, ao comentar o massivo apoio dos delegados presentes na reunião magna do SPD à política económica e financeira do Governo e à sua liderança do partido.

Num Congresso marcado por um clima de unidade, o chanceler alemão considerou o apoio recebido no Congresso do SPD «claramente positivo» para o seu trabalho, afirmando-se disposto a usar de transparência no debate sobre o conflito no Afeganistão.

«Vocês deram-me apoio numa dimensão que eu não esperava», disse Schroeder no discurso que encerrou no dia 22 os trabalhos da reunião magna dos social-democratas em Nuremberga, afirmando-se também grato por o Congresso «tornar possível que o trabalho seja mais fácil em tempos difíceis». Num gesto de simpatia para com os que criticam a participação de tropas alemãs na luta antiterrorista, o presidente do SPD garantiu que o debate em torno desta questão prosseguirá, «porque continua a haver dúvidas na mudança de rumo da



política externa» do país. Schroeder, que foi reeleito pelo Congresso com 88,6 por cento de votos favoráveis, o seu melhor resultado de sempre, agradeceu também o facto de os 523 delegados terem aprovado em toda a linha a política económica e financeira do Governo vermelho-verde (SPD/Verdes).

Aludindo de novo à recente decisão do seu Governo de aceder ao pedido dos Estados

Unidos para a participação de 3900 soldados da Bundeswehr na luta antiterrorista, Schroeder disse que «todos sentiram que existe ainda um fosso entre o que é objectivamente necessário e entre a consciência de cada um e as necessidades reais».

Segundo salientou o chanceler, cabe agora aos delegados, depois de apoiarem por larga maioria a política do Governo de centro-

esquerda, «convencer também a população». O líder do SPD lançou um apelo aos empresários alemães, pedindo-lhes que não piorem ainda mais a difícil situação actual, recorrendo a despedimentos em massa, e procurem manter os seus empregados através de «modelos inteligentes de horários de trabalho».

«Os empresários também têm as suas próprias responsabilidades, não basta exigir sempre mais, é preciso também dar alguma coisa à sociedade», sublinhou o chanceler alemão, acrescentando que o seu Governo manterá uma política de austeridade.

Schroeder rejeitava assim as exigências das associações patronais e da oposição conservadora de que o seu Governo antecipe a próxima «tranche» da reforma fiscal, com o objectivo de contrariar a actual crise económica, traduzida na estagnação do desemprego e na descida do crescimento no maior país da União Europeia.

Durante os quatro dias do Congresso do SPD, que decorreu sob o lema «Renovação, Responsabilidade e Solidariedade», os delegados apoiaram o rumo político do Governo SPD/Verdes em todas as principais áreas.

Além das moções da direcção sobre política externa, foram também aprovados os documentos relativos à segurança interna, à imigração e à economia.

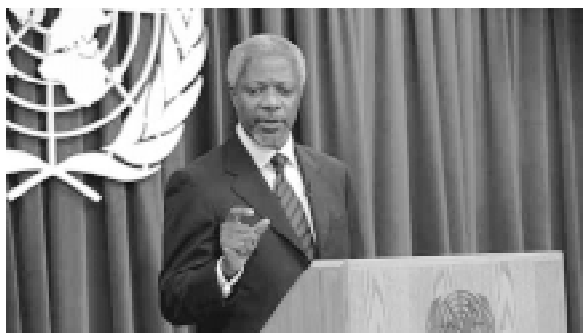
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NÃO PODE SER TOLERADA

A violências contra a mulher não pode ser tolerada nem desculpada, sustentou o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, acrescentando que corrigir a situação de desigualdade da mulher afegã é uma prioridade da organização.

Esta afirmação faz parte de uma mensagem divulgada a propósito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se assinalou na passada segunda-feira.

«No momento que celebramos pela segunda vez este Dia Internacional, estamos mais conscientes que a violência contra a mulher continua a ser um fenómeno global a que nenhum país, sociedade ou comunidade está imune», afirma Annan.

O responsável máximo da ONU salienta que «quando se trata de violência contra a mulher, não há desculpas toleráveis»,



acrescentando que «a violência contra a mulher não é «um assunto de mulheres», mas concerne a todos nós, especialmente

aos homens». Segundo Annan, «os homens têm de trabalhar para confrontar o que se pode

descrever como a violência masculina contra a mulher e reconhecer e respeitar os direitos das mulheres».

A mensagem recorda as recentes palavras de uma mulher afegã que declarou que «a sociedade é como um pássaro. Tem duas asas. E um pássaro não pode voar se uma das asas está doente. Temos de garantir com determinação que todas as sociedades voam com as duas asas, com igual força e dignidade».

Annan acrescenta que «os últimos acontecimentos fizeram com que esta questão esteja mais viva que antes» e recorda «que o tratamento recebido nos últimos anos pelas mulheres e meninas no Afeganistão» tem sido uma afronta «à igualdade, dignidade e humanidade».

Pelo facto, o secretário-geral da ONU afirma que «corrigir a situação da mulher será uma das prioridades no futuro papel das Nações Unidas naquele país».

ACTUALIZADO CENÁRIO MACROECONÓMICO

O Governo divulgou o novo cenário macroeconómico para 2002, que sustenta a revisão em baixa da previsão de crescimento do produto interno bruto (PIB) para um intervalo entre os 1,5 e os dois por cento.

O Ministério das Finanças explica a revisão em baixa generalizada dos componentes do PIB, em particular exportações e investimento produtivo, com a «significativa» redução do crescimento da União Europeia em 2002. A actualização do cenário macroeconómico no nosso país segue em linha com as perspectivas pessimistas da economia mundial após os ataques de 11 de Setembro e é reveladora da «prudência»



do governo na gestão das finanças públicas. (Ver quadro 1)

Previsão de receitas baseadas no crescimento do IVA

O Executivo socialista divulgou, também na segunda-feira, dia 26, que um crescimento de 7,3 por cento das receitas cobradas à conta do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em 2002 sustenta a previsão das receitas orçamentais no próximo ano.

Os números do Ministério das Finanças, divulgados à imprensa, indicam que a previsão de receitas correntes em 2001 é

revista em baixa dos 6.140,7 milhões de contos do Orçamento de Estado para 2001 e dos 5.902,8 milhões de contos previstos no primeiro orçamento rectificativo para 5.602,8 milhões de contos no segundo, de onde se espera que cresçam 7,4 por cento para 6.015,5 milhões de contos em 2002.

Um crescimento superior será apresentado pelo imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP), que deverá proporcionar uma receita superior em 9,5 por cento à prevista no segundo orçamento rectificativo deste ano. O outro pilar orçamental, além do IVA, o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), deverá crescer seis por cento em 2002. (Ver quadro 2)

Q1 CENÁRIOS MACROECONÓMICOS, PORTUGAL, 2001-2002

Rubrica	2000	2001E	2002 (OE/Outubro)	2002R
PIB	3,3	1,75-2,25	1,75-2,25	1,5-2,0
Consumo privado	2,4	1,25-1,75	1,25-1,75	1,0-1,5
Consumo público	3,7	1,8	0,9	0,9
FBCF	5,2	1,5-2,5	3,0-4,0	3,0-3,5
Procura interna	3,0	1,4-1,9	1,6-2,2	1,4-1,9
Exportações	7,7	4,0-5,0	2,0-4,0	2,0-3,5
Procura global	4,0	2,0-2,6	1,7-2,6	1,6-2,3
Importações	5,7	2,5-3,4	1,8-3,3	1,7-2,9
Deflador do PIB	2,8	4,7	3,2-3,5	3,2-3,5
Deflador do consumo privado	2,9	4,3-4,4	2,5-3,0	2,5-3,0

Nota: E – Estimativa; R – Revisito; FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

Q2 RECEITAS ORÇAMENTAIS, 2001 E 2002

Rubricas	OE 2001	OR 2001(1)	OR 2001(2)	OE 2002	Var.
IRS	1.460,9	1.507,3	1.448,0	1.535,0	6,0
IRC	935,4	883,7	807,0	834,0	3,3
ISP	460,0	440,0	430,0	471,0	9,5
IVA	1.936,7	1.826,0	1.832,0	1.965,0	7,3
IA	280,0	255,0	241,0	250,0	3,7

Nota: Valores em milhões de contos; OE 2001 – Orçamento de Estado para 2001; OR 2001(1) – primeiro orçamento rectificativo de 2001; OR 2001(2) – segundo orçamento rectificativo de 2001; OE 2002 – Orçamento de Estado para 2002; variação, expressa em percentagem, do OE 2002 em relação ao segundo rectificativo de 2001.

DISCIPLINA ORÇAMENTAL CREDÍVEL

Vitor Constâncio elogiou o bom desempenho da economia portuguesa nas últimas décadas, mas não deixou de sublinhar a necessidade actual de cumprir novas regras de disciplina no âmbito da União Europeia e de proceder a algumas rupturas com o passado.

«É inequívoco o aumento do bem-estar da população portuguesa», frisou Constâncio. O governador do Banco de Portugal falava, terça-feira, num seminário sobre o desenvolvimento económico português no espaço europeu organizado por pelo Instituto Superior de Economia e Gestão.

Nos últimos 40 anos, os sinais foram de convergência real com os parceiros comunitários, com Portugal a beneficiar de choques que acabaram.

Estes choques incluem a entrada para a Associação Europeia de Comércio Livre, em 1976, a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1985, e a União Económica Monetária (UEM), em 1999, além dos benefícios decorrentes dos ganhos de troca e da descida pronunciada das taxas de juro



e inflação.

Constâncio explicou que num contexto como o da UEM a gravidade da dimensão do défice externo depende da credibilidade das políticas económicas internas.

Sendo o desequilíbrio externo «reflexo do envidimentamento dos agentes económicos internos», a possibilidade de financiar o défice

depende da avaliação dos credores sobre a capacidade de pagamento dos empréstimos, e «não apenas dos fundamentais da economia».

Dai a importância de uma política orçamental credível e da confiança no nível concorrencial da inflação e dos custos em relação aos parceiros europeus, por parte dos credores.

O governador do Banco Central aproveitou ainda para relembrar que em 1999 a produtividade portuguesa (medida em paridade dos poderes de compra) era 65,7 por cento da média europeia, abaixo do nível da Grécia, que era de 78,4 por cento, e da Espanha, que estava em 90 por cento da média.

«Se a produtividade mantiver este diferencial, uma vez que os custos unitários do trabalho se apreciaram desde a adesão de Portugal à CEE, o mercado acabará por se ajustar e existe o perigo do desemprego», alertou.

Em economia aberta, segundo explicou, os aumentos de preços permanentes, tanto ao nível da inflação como dos salários, traduzem-se por perda de competitividade

e aumento do desemprego.

A situação do País exige realismo salarial «e controlo da despesa pública».

«Beneficiámos de baixas taxas de juro, de reduções da inflação, de um mercado exportador sem risco cambial [a UE é o maior parceiro português], mas existe um custo de disciplina: a inflação acabará por convergir e o ajuste será feito pelo desemprego».

Vale pois a pena, defendeu Constâncio, apostar na melhoria da educação, num Estado «sólido e privilegiado» e na «maior capacidade para atrair investimento estrangeiro».

A economia portuguesa necessita de um «novo regime de regulação económica», que inclui uma política orçamental credível, um política de negociação salarial realista e uma de coesão social capaz de combater as injustiças.

«Para que todo este enquadramento funcione é imperativo que os agentes económicos interiorizem as novas regras decorrentes da integração de Portugal na UEM», concluiu.

PORTUGAL REGISTA AVANÇOS SIGNIFICATIVOS NA REDUÇÃO DA POBREZA

Portugal deverá atingir o «nível médio europeu de pobreza» em 2005, ano em que apenas 17 por cento dos portugueses viverão no limiar da pobreza, contra 23 por cento em 1995.

A projecção, que foi feita na semana passada em Portimão pelo vice-presidente do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, Luís Carito, é o resultado da forte consciência social do Governo do PS, nomeadamente através de um vasto conjunto de medidas inovadoras - promotoras da inclusão social - e de um forte reforço dos meios financeiros colocados no combate à pobreza.

«Em 1995, 23 por cento dos portugueses viviam abaixo do limiar da pobreza. Seis anos volvidos conseguimos avanços assinaláveis que nos permitem já hoje traçar o objectivo realista de atingir em 2005 os 17 por cento, o nível médio europeu de pobreza», sublinhou.

Luís Carito falava durante o seminário «Educação Intercultural», no auditório do pólo de Portimão da Universidade do Algarve, promovido no âmbito do Projecto de Desenvolvimento Integrado «Renascer». Esta situação, segundo Luís Carito, que é também administrador-delegado do Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS) do Algarve, resulta dos dados que apontam



para uma diminuição da extensão e da severidade da pobreza e exclusão no País. Assim, em quatro anos de Rendimento Mínimo Garantido (RMG), cerca de 700 mil pessoas beneficiaram desta medida, tendo já perto de 300 mil deixado de a receber, dois terços dos quais por alteração de rendimentos.

Desde há cerca de um ano, a tendência aponta, segundo o responsável, para uma

diminuição do número de beneficiários do RMG, que actualmente encontra-se abaixo dos quatro por cento da população portuguesa.

Por outro lado, as prestações concedidas no âmbito da pobreza e exclusão social passaram de perto de 10 milhões de contos em 1995 para cerca de 75 milhões de contos em 1999.

O estímulo à economia social, os incentivos

à contratação, majorados para os grupos mais desfavorecidos constituem os grandes factores para o combate à exclusão social, sublinhou Luís Carito, apontando o Plano Nacional de Apoio à Inclusão como o instrumento integrador da política económica e social entre 2001 e 2003.

Com efeito, acrescentou, o Plano Nacional de Apoio à Inclusão (PNAI) avança com o objectivo da erradicação da pobreza infantil até 2010, e as reduções das taxas de pobreza para os 17 por cento da média europeia e em 50 por cento da pobreza absoluta até 2005.

Uma das principais inovações do PNAI é a figura dos «contratos de inserção individuais, ajustados caso a caso para promover a contratualização de um compromisso de inserção com todos os cidadãos em situação de exclusão».

Defendendo a necessidade de agir de forma integrada para combater as situações de exclusão social, Luís Carito apontou como exemplo o Projecto de Desenvolvimento Integrado Renascer, incrementado em Portimão, que abrange 137 famílias das mais desfavorecidas do concelho.

«Através de uma união de parceiros sociais, foi possível realizar uma acção concertada sobre uma população de 493 indivíduos, que embora beneficiários de várias medidas sociais, nomeadamente do RMG, mantinham-se numa situação de pobreza persistente», disse.

APELO À ESTABILIDADE CONSTITUCIONAL

A lertar para «os perigos» que sucessivas revisões da Constituição podem acarretar para a estabilidade jurídica foi o objectivo central de uma intervenção de Jorge Sampaio, no Tribunal Constitucional, numa sessão comemorativa dos 25 anos da Constituição da República, que decorreu no passado dia 27.

O Presidente da República sustentou que «a renovação doutrinária do texto constitucional não pode ser confundida com a tentação para transformar qualquer polémica política conjuntural em problema que supostamente não se pode resolver sem nova revisão constitucional».

Sampaio falava numa cerimónia em que participaram vários constitucionalistas, como Gomes Canotilho e Jorge Miranda, o ministro da Justiça, António Costa, e os deputados Jorge Lação do PS, e Guilherme Silva, do PSD, da comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais.



O chefe de Estado frisou que a Constituição «é um quadro suficientemente aberto, salvo situações excepcionais e imprevistas, para permitir as mais diferentes opções políticas».

Perante a «relativa instabilidade» criada e perante «o carácter moveidinho dos textos», Sampaio pediu aos juizes do Tribunal Constitucional para que, através da jurisprudência, reforcem a estabilidade, previsibilidade e a segurança jurídica.

«A revisão constitucional não deve resultar em instabilidade dos próprios textos em que se debruça», disse Sampaio, apelando a uma reflexão sobre «os perigos que tal inconstância inconstitucional pode arrastar». Recordando que acaba de promulgar uma lei de revisão e referindo que «já andam no ar sinais de uma nova (a terceira desde que é presidente), Jorge Sampaio sublinhou que as revisões «ultrapassaram em muito as expectativas há 25 anos proferidas».

Quanto ao Tribunal Constitucional, o

Presidente realçou que «nunca pode ser acusado de protagonismo fácil, ou de qualquer tentação para extravasar as suas funções, seja nas relações com os órgãos de exercício do poder político, seja nas relações com outros tribunais».

No final do seu discurso, Sampaio congratulou-se com o facto de os responsáveis políticos do Peru, país onde esteve recentemente a participar na Cimeira Ibero-Americana, lhe terem pedido para enviar o texto constitucional português e o regulamento do Tribunal Constitucional.

«Numa altura em que o Peru vive os primeiros momentos de construção democrática, ouve-se citar a jurisprudência portuguesa e apela-se que o Tribunal Constitucional português que remeta o seu regulamento e a Constituição, temos que concluir que apesar da nossa tentação autofágica, não podemos esquecer o que temos realizado», enfatizou o Presidente Sampaio.



Abrantes

Aquapolis – Parque Ribeirinho

A interligação entre a cidade e o rio é a grande aposta da autarquia abrantina que decidiu arrancar para a criação de um parque ribeirinho, o Aquapolis.



Trata-se de uma intervenção de revitalização da cidade, com um investimento orçado em mais de 900 mil contos.

Cascais

Inauguração de jardim em Bicesse

No passado domingo, dia 25, foi aberto ao público mais um jardim. Trata-se do jardim do Largo da Escola Velha de Bicesse.

A Câmara Municipal de Cascais requalificou e criou um novo espaço verde no Largo da Escola Velha de Bicesse, abrindo um espaço de convívio e uma nova centralidade na localidade de Bicesse.



O novo jardim está inserido no Plano Municipal de Espaços Verdes da autarquia de Cascais, que está progressivamente a requalificar ambientalmente as áreas residenciais do concelho.

Fafe

Autarquia apoia famílias carenciadas

No quadro do programa municipal para a melhoria da habitação de agregados familiares de carenciados, a Câmara Municipal de Fafe procedeu à entrega de cheques a 24 famílias de fracos recursos económicos.

O presidente da Câmara, José Ribeiro, fez a entrega de 10 cheques para o início das obras em outras tantas habitações e outros 14 para o pagamento da conclusão dos trabalhos. O montante envolvido nesta operação rondou os 16 mil contos.

De salientar que para além do apoio monetário, a edilidade fornece apoio técnico aos beneficiários, bem como a isenção do pagamento das respectivas licenças.



Lisboa

Reabertura do Cinema S. Jorge

O Cinema S. Jorge reabriu no dia 24 com o filme «Quem és tu?», de João Botelho, depois de uma profunda remodelação efectuada pela Câmara Municipal de Lisboa, que devolveu à mítica sala lisboeta alguns pormenores do projecto original.



Em menos de um ano – o cinema fechou a 29 de Novembro de 2000 – o S. Jorge passou de uma situação indefinida para a «Casa do Cinema Português».

Filmes europeus e de língua portuguesa, ciclos de cinema e workshops são alguns dos projectos da autarquia para aquele espaço, onde ver um filme pode custar apenas dois euros (quatrocentos escudos). Em seis meses, desde que foi assinada a escritura, uma equipa camarária conseguiu devolver o brilho ao antigo S. Jorge.

As paredes exteriores e interiores foram pintadas, o chão e as portas de madeira limpas, as alcatifas e as cortinas substituídas.

Os antigos bares de madeira e latão, que nos anos 80 foram substituídos por estruturas de fórmica, foram reconstituídos através de fotografias e desenhos da época e colocados nos espaços de origem.

A velha instalação eléctrica foi arrancada e substituída por uma nova e dentro das regras da Direcção Geral de Espectáculos. Também os antigos ecrãs e equipamento sonoro foram substituídos por novos. No total, a autarquia gastou cerca de 50 mil contos.

Não houve tempo foi para substituir as cadeiras e as alcatifas das salas de cinema, ficando desde já agendadas para o Verão de 2002 essas obras.

No início do próximo ano, a Câmara Municipal de Lisboa vai lançar um concurso para fazer a substituição das cadeiras e

alcatifas, que se deverá realizar em Agosto, que é quando há menos gente. A mudança deverá demorar no máximo uma semana. O novo S. Jorge tem ainda um pequeno restaurante no primeiro andar, com vista para a Avenida da Liberdade, uma livraria especializada em cinema e um posto de informação sobre Lisboa.

A polémica em torno do futuro do S. Jorge surgiu em Novembro do ano passado, quando a proprietária – a Euroamer, de Artur Albarran – comunicou ao IPPAR que pretendia ceder a outra empresa – Velvet – os seus direitos no negócio.

Como o edifício estava em processo de classificação desde o início dos anos 90 pelo Instituto Português Património Arquitectónico (IPPAR), passou a ser necessária a consulta do Governo e autarquia para o exercício do direito de preferência.

Bilhetes mais baratos

O presidente da Câmara Municipal, João Soares, disse então que ia propor ao Ministério da Cultura a compra do cinema, que deveria servir à Cinemateca Portuguesa.

O Ministério não aceitou o repto e o cinema fechava as portas, deixando para trás histórias de mais de meia década e um futuro incerto.

Mesmo sem parceiros, a autarquia anunciou de imediato que ia avançar com o direito de preferência, pagando um milhão de contos. A Câmara de Lisboa salvava o Cinema São Jorge e devolvia-o aos alfacinhas.

Em finais de Maio, era feita a escritura e a câmara recebia as chaves de uma das primeiras salas do País, construída de raiz expressamente para cinema.

O S. Jorge, remodelado de forma a voltar ao projecto original, da autoria do arquitecto Fernando Silva, apresenta-se agora como uma sala de cinema com bilhetes mais baratos e filmes alternativos.

Loulé

I Festival «Viver o Momento»



Numa realização conjunta da Câmara e Centro de Saúde de Loulé, vai ter lugar no próximo sábado, dia 1, o I Festival «Viver o Momento», destinado a adultos, que decorrerá no pavilhão desportivo de Loulé. O encontro visa reunir num são convívio adultos de todo o País que, praticando das mais variadas formas de actividade física, contribuem para a melhoria da sua qualidade de vida e a da sua alegria de viver.

Penha de França

Vila Gomes requalificada

O projecto de recuperação da Vila Gomes foi este ano distinguido como prémio RECREIA, atribuído pelo IGAPHE.

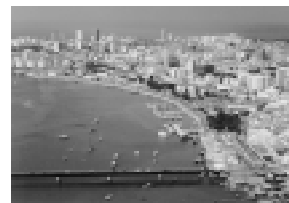


Este aglomerado habitacional é exemplar de muitas outras vilas operárias da capital, construídas no início do século passado por industriais com o objectivo de albergarem e fixarem os seus trabalhadores, que vinham do meio rural para a cidade atraídos pelas oportunidades que o processo de industrialização oferecia.

Portimão

Novo mercado municipal em 2003

A cidade de Portimão vai ter um novo mercado municipal em 2003 para substituir o actual. Para a sua construção, que envolve um investimento de 12,3 milhões de euros (2,5 milhões de contos), foi desenvolvido um projecto que tem por base a criação da Sociedade Mercado Municipal de Portimão SA e que se assumirá como gestora do novo mercado municipal em regime de concessão por 20 anos.



Além da gestão, cabe à sociedade a promoção e assunção das obras e acções tendentes ao plano de intervenção, recuperação, revitalização e dinamização do novo mercado municipal, disse o presidente da Câmara de Portimão, Manuel da Luz. Segundo o autarca, o projecto implica a construção de um novo edifício, a transferência dos actuais operadores para aquele espaço, a remodelação do antigo edifício e o desenvolvimento de acções de formação e promoção.

Para o efeito, foi realizado um plano de revitalização, redimensionamento e dinamização do actual mercado, tendo como principais objectivos a renovação e modernização do tecido empresarial, reorganização e redefinição da função

comercial e as expectativas e necessidades dos operadores e consumidores.

A promoção da dinâmica comercial do mercado e revitalização comercial e urbanística envolvente, a melhora da qualidade, higiene e segurança dos produtos alimentares e a promoção do escoamento e valorização dos produtos locais, foram outros objectivos previstos no plano.

O novo Mercado Municipal, dividido em três blocos, vai ocupar 14.327 metros quadrados e terá uma área de implantação total de sete mil metros quadrados.

O novo bloco a construir integra um edifício com quatro pisos, onde ficará localizada a parte essencial da actual actividade do mercado, à qual são adicionadas outras, por forma a garantir a sua vivência e apetência comercial.

Santo Tirso

VI Simpósio internacional de escultura

No Museu Municipal Abade Pedrosa, realizou-se no passado dia 24, a cerimónia de encerramento – com apresentação das esculturas – do IV Simpósio internacional de escultura contemporânea de Santo Tirso.



Com organização da Câmara Municipal de Santo Tirso, estes eventos culturais têm periodicidade bienal e visam converter os centros urbanos do concelho em espaços públicos povoados de peças escultóricas que possam coabitar com a população.

Remodelação dos Paços do Concelho

Realizou-se na semana passada a cerimónia de assinatura de um contrato-programa para a ampliação e remodelação do edifício dos Paços do Concelho, que contou com a presença do secretário de Estado da Administração Local, José Augusto Carvalho.

Trata-se de uma obra orçada em 660 mil contos e que terá comparticipação governamental de 200 mil contos.

Apresentação do projecto da Quinta do Pisão

Realizou-se no passado dia 26, no salão nobre da Câmara Municipal de Santo Tirso, a cerimónia de apresentação pública do projecto da Quinta do Pisão, um empreendimento turístico e de lazer de alta qualidade com a componente imobiliária a ser harmoniosamente integrada num campo de golfe de 18 buracos e num parque verde.

Sintra

Escolas: melhores instalações e mais segurança

No passado dia 20, a Câmara Municipal de Sintra procedeu à inauguração da escola básica do 1º ciclo e jardim-de-infância da Cavaleira, na Rua Cidade de Olhão, Casal da Cavaleira, no Algueirão.



Por outro lado, na escola básica do 1º ciclo de Massamá, numa cerimónia que contou com a presença do secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira, procedeu-se à entrega de uma viatura para a Escola Segura/GNR, de motos a todas as esquadras da PSP e postos da GNR do concelho de Sintra (Programa Escola Segura), bem como à apresentação dos voluntários para a segurança 2001/2002.

Tarouca

Exposições

O Museu Amadeo de Souza-Cardoso manteve, nos últimos meses, uma dinâmica que o consagra como uma das referências da arte em Portugal.



O museu, que tem vindo a ser requalificado e a ver enriquecido o seu espólio, tem sido palco de várias exposições com novos valores da arte contemporânea.

Este espaço recebeu, recentemente, o 46º Salon de Montrouge, uma mostra que reuniu trabalhos de jovens criadores portugueses, franceses e espanhóis.

Vila Real de S. António

Arranjo paisagístico da Manta Rota

O presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, António Murta, defendeu a necessidade urgente de avançar com as obras do arranjo paisagístico da praia da Manta Rota, neste concelho algarvio.

Segundo António Murta, a autarquia vila-realense aguarda há mais de seis meses que os organismos regionais tutelados pelo Ministério do Ambiente se pronunciem sobre o estudo prévio elaborado pela câmara.



«A realização do estudo foi acompanhada por técnicos do Parque Natural da Ria Formosa e da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais, pelo que não existe justificação para o atraso na sua apreciação», disse o autarca.

António Murta reuniu recentemente com o secretário de Estado do Ordenamento do

Território e da Conservação da Natureza, Manuel Silva Pereira, para sensibilizar o governante sobre a necessidade do referido arranjo paisagístico.

Na altura, o secretário de Estado reafirmou que está para breve a conclusão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), o qual irá permitir viabilizar o projecto da Manta Rota.

A Câmara pretende criar na praia da Manta Rota um grande espaço lúdico, com zonas de lazer e animação, aproveitando ao mesmo tempo para efectuar a requalificação da zona, sem deixar de respeitar os sistemas ambientais mais sensíveis.

Em simultâneo, a autarquia pretende instalar um conjunto de equipamentos que complementem a estada na praia, designadamente um parque de merendas, parque infantil e praça com esplanadas, valorizando a oferta de lazer na Manta Rota, uma das praias mais procuradas na zona do Sotavento algarvio.

Entretanto, o presidente da autarquia, António Murta, anunciou que Vila Real de S. António vai ter uma Casa da Juventude.

PORTUGAL SOCIALISTA



Com entrevista a Augusto Santos Silva

Partido Socialista

DESLOCAÇÕES DO SECRETÁRIO GERAL DO PARTIDO SOCIALISTA, ANTÓNIO GUTERRES AOS DISTRITOS

SÁB 1 DEZ.

ÉVORA - 13:00- Almoço Distrital, Jardim do Paço, em Évora
 BEJA - 17:00- Encontro Distrital de Candidatos, NERBE, em Beja
 FARO - 20:00- Jantar Distrital no Pavilhão Esc. Sec. Afonso III, em Faro

DOM 2 DEZ.

PORTALEGRE - 13:00- Almoço Distrital, na Quinta da Saúde, em Portalegre
 CASTELO BRANCO - 16:00- Comício - Festa, em Castelo Branco

SEG 3 DEZ.

SANTARÉM - 20:00- Jantar Distrital no CNEMA, em Santarém

TER 4 DEZ.

COIMBRA - 20:00- Jantar Distrital, na Quinta dos Outeiros em Montemor-o-Velho

QUA 5 DEZ.

LEIRIA - 20:00- Jantar Distrital no Rest. Santo Antão, Batalha
 Torres Vedras - 21:30- Jantar Distrital no Valeoásis – Estrada Lourinhã / Torres Vedras

QUI 6 DEZ

SETÚBAL - 20:00- Jantar Distrital, Pav. Vitória de Setúbal, em Setúbal

SEX 7 DEZ

PORTO - 20:00- Jantar Distrital no Pavilhão Rosa Mota, em Porto

SAB 8 DEZ

BRAGANÇA - 13:00- Almoço Distrital no Pavilhão ARA, Alfândega da Fé
 VILA REAL - 17:00- Comício - Festa em Vila Real
 VIANADO CASTELO - 20:00- Comício Distrital, em Valença do Minho

DOM 9 DEZ

AVEIRO 13:00- Almoço Distrital, Colégio de Sta. Mª. Lamas, Sta. Maria da Feira
 VISEU 16:00- Encontro Pavilhão Palácio do Gelo, em Viseu
 GUARDA 20:00- Jantar Distrital na Escola Sec. Afonso Albuquerque, Guarda

SEG 10 DEZ

LISBOA/ODIVELAS/LOURES 20:00- Jantar Distrital Tenda Instituto Odivelas

QUA 12 DEZ

BRAGA 21:00- Auditório do Parque de Exposições, Braga



Autárquicas 2001 Guterres em campanha nos 18 distritos do País

O secretário-geral do PS, António Guterres, vai visitar 19 localidades e os 18 distritos do continente, entre 1 e 12 de Dezembro, durante a campanha eleitoral para as autárquicas.

Os pormenores do périplo nacional do líder socialista foram já definidos pela direcção do PS, segundo a agenda que figura no quadro lateral, tendo a opção recaído num formato intenso no que respeita ao envolvimento de António Guterres nas acções de campanha do partido.

No dia 1 de Dezembro, Guterres inicia a sua digressão nacional em Évora, visitando depois Beja e Faro. No dia seguinte, estará ao lado de candidatos autárquicos socialistas em Castelo Branco e Portalegre. As acções de campanha no distrito de Lisboa contarão com a presença do líder do partido por duas vezes: a primeira em Torres Vedras e a segunda no novo município de Odivelas.

Para a recta final da campanha eleitoral, o secretário-geral do PS reservou presenças nos distritos do Porto, Coimbra e Setúbal, encerrando a sua digressão em Braga no dia 12 de Dezembro.

Nos dois últimos dias de campanha oficial, a 13 e 14 de Dezembro, o secretário-geral estará ausente, devido à realização da cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia em Laeken, na Bélgica.



ALENQUER

Apresentação dos candidatos PS

O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, foi na passada terça-feira à noite a Alenquer apoiar a recandidatura de Álvaro Pedro a um oitavo mandato e desmentir peremptoriamente as acusações do PSD local – desesperado como espectro de mais uma derrota - de que estaria contra a recandidatura do presidente da Câmara.

«O mais legítimo e justo é estar ao lado de um dos presidentes de Câmara que mais estimo no país, alguém que é uma referência no Partido Socialista e uma referência de bem fazer, coisa que outros não são, só sabem é falar como é o caso do candidato do PSD Nandim de Carvalho», afirmou Jorge Coelho.

O dirigente socialista, que falava perante largas centenas de pessoas que foram assistir à apresentação dos candidatos locais, valorizou a longa experiência do socialista Álvaro Pedro, na Câmara de Alenquer desde 1974, sublinhando que «é um grande doutor do saber fazer, concretizar e realizar».

As transformações que vai ser alvo o concelho onde será construído o novo aeroporto foi outro tema abordado por Jorge Coelho, afirmando que «necessitam que esteja alguém à frente destes órgãos que saiba como é que o concelho se vai desenvolver e quais os anseios e expectativas das pessoas».

Jorge Coelho lembrou que quando era ministro do Equipamento Social e foi tomada a decisão de construir o novo aeroporto na Ota, Álvaro Pedro defendeu ser necessário negociar contrapartidas para ir ao encontro das populações.

O candidato Álvaro Pedro, por sua vez, salientou a importância de exigir junto da administração central, «a defesa da qualidade de vida dos cidadãos» do concelho onde vai ser construída esta grande infra-estrutura.

Aos 62 anos e depois de 25 anos como presidente da Câmara, Álvaro Pedro referiu que aceitou recandidatar-se ao oitavo mandato por gostar das funções que exerce e os cidadãos terem formado desde há ano e meio um movimento de apoio.



PS EM MOVIMENTO

BRAGA

Capital Europeia da Cultura

Mais de 1500 apoiantes estiveram presentes no lançamento da recandidatura de Mesquita Machado à presidência da autarquia bracarense.

A apresentação de um projecto «credível e irrefutável» da cidade de Braga a Capital Europeia da Cultura é o projecto que o candidato socialista à Câmara Municipal local, Mesquita Machado, se propõe realizar no próximo mandato, se for reeleito pela sétima vez.

«Vamos apresentar um projecto consistente e dinâmico a Capital Europeia da Cultura, de tal modo que, na próxima vez que Portugal tiver direito a que uma cidade o seja, Braga tenha um projecto irrefutável», afirmou Mesquita Machado, que se recandidata pela sétima vez à presidência da Câmara.

Segundo Mesquita Machado, a cidade de Braga nem sequer precisa de apresentar uma candidatura a Capital Europeia da Cultura para fazer obras, já que o centro histórico está recuperado e estão a ser feitos grandes investimentos em equipamentos culturais, como sucede com o Teatro Circo, onde há uma obra em curso no valor de três milhões de contos.



Mais estruturas de lazer

Para além do projecto da Capital da Cultura, o candidato – que preside ao município há 25 anos – apontou a conclusão das obras no Parque Norte da cidade, como tarefa do próximo mandato, e em que – vincou – para além do novo estádio municipal vão ser edificadas outras estruturas de lazer como um pavilhão multiusos.

Disse que os 25 anos que leva no poder não são demasiado, já que – argumentou – ainda há muito por fazer para que os bracarenses, os da cidade e os das freguesias, tenham um nível de vida condigno e para que Braga se consolide como a terceira cidade do País.

O dirigente socialista Jorge Coelho enalteceu a obra do autarca de Braga, considerando-o um «grande exemplo para todos os municípios do País» e classificou de «tremendo» o desenvolvimento que o concelho tem tido nos últimos anos sob a direcção de Mesquita Machado.

Salientou que Mesquita Machado sabe negociar em Lisboa, nos diferentes Ministérios, aquilo que é imprescindível e justo para a cidade, frisando que, «por vezes, parece que ele está convencido de que algo não pode ser assim, mas no final verifica-se que é ele que acaba por levar a melhor, tal é sua dinâmica negocial em favor do município».

O reitor da Universidade, que falou enquanto titular do cargo, pôs em destaque a colaboração que tem sido dada pela Câmara ao desenvolvimento da instituição e enumerou diversos projectos futuros em que se prevê a colaboração entre as duas partes, como sucede com os projectos a concretizar nos terrenos da Quinta dos Peões, anexos aos do pólo de Braga.

BRAGANÇA

PS promove fóruns

A candidatura do PS à Câmara de Bragança promoveu no dia 25 o primeiro de vários fóruns com que pretende «pôr as pessoas» a participar na definição de prioridades para o programa eleitoral.

«Com estas iniciativas pretendemos pôr as pessoas a intervir e a darem o seu contributo para a elaboração do programa eleitoral, cujas linhas principais já temos definidas, mas que está aberto às propostas que surgirem», explicou o candidato do PS, Jorge Gomes.

As primeiras intervenções foram feitas principalmente por apoiantes da candidatura socialista, que se deslocaram ao cine-teatro Torralta para assistir em simultâneo à apresentação dos candidatos do PS aos órgãos autárquicos do concelho. De entre os candidatos aos órgãos autárquicos, destaca-se para Armando Vara, que depois de ser secretário de Estado e ministro, e deputado há mais de 20 anos, decidiu encabeçar a lista do PS à Assembleia Municipal de Bragança.

Segundo Armando Vara, «nunca houve em tempo algum tanto investimento público como agora, em Bragança, que necessita apenas de um presidente de Câmara com vistas largas». Vara apontou os exemplos dos programas Polis e de urbanismo comercial, no âmbito dos quais estão a ser investidos mais de 10 milhões de contos, e considerou que o actual autarca do PSD, não tem tido uma postura à altura.

«Não é possível atrair ninguém a Bragança se o seu presidente de Câmara aparece na televisão a falar mal do seu concelho. Para reivindicar existem os sindicatos, as câmaras municipais não são instrumentos de combate contra ninguém», afirmou.

O coordenador de campanha do PS para as autárquicas criticou também a forma como os dinheiros públicos estão a ser aproveitados pelo actual Executivo autárquico.



«Olho para algumas obras e sinto que o nosso dinheiro não deve ser gasto desta maneira», afirmou, referindo-se a um túnel de quase três milhões de contos que está a ser construído no centro da cidade e que tem sido o centro das críticas socialistas.

«Uma gestão de novo-riquismo», foi como o candidato socialista classificou a actuação do adversário do PSD, Jorge Nunes, que se recandidata a um segundo mandato e que, em 1997, destronou o PS da presidência da Câmara da capital do Distrito de Bragança.

Para Jorge Gomes, Bragança está a ser gerida a três velocidades, com a freguesia da Sé em primeira, a de Santa Maria em segunda e as freguesias rurais totalmente abandonadas.

Socialistas contra arrogância e novo-riquismo

Jorge Gomes promete criar uma delegação da Câmara de Bragança em Izeda, a única vila do concelho, situado na zona mais populacional, e outra na vizinha cidade espanhola de Zamora, para reforçar as relações entre as duas regiões.

O candidato socialista acusou o adversário do PSD de «eleitoralismo rápido e barato» com atitudes como a recente atribuição de uma verba de 10 mil contos para a construção da sede de uma associação de pessoas naturais do concelho de Mogadouro a residirem em Bragança, enquanto falta habitação para carenciados.

O adversário foi ainda criticado pela «arrogância e prepotência» na execução de obras como o cemitério municipal e uma estação de compactação de lixos nas zonas residências do Campelo e Vale de Álvaro, respectivamente, sem a auscultação das pessoas que ali habitam.

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

PS exige reabertura de ponte

A candidatura do PS à Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo (Guarda) exigiu no dia 24 do Governo a urgente reparação da ponte sobre o rio Douro em Barca d'Alva encerrada recentemente pelo ICERR devido a deficiências detectadas nos pilares.

Os candidatos participaram numa manifestação que a estrutura socialista convocou e a que aderiram algumas dezenas de populares para exigir do Governo uma solução rápida para a reabertura da Ponte Almirante Sarmento Rodrigues.

Depois de detectadas pelos serviços competentes problemas na estrutura da ponte, a passagem foi fechada há uma semana à circulação de viaturas e peões impossibilitando as ligações entre os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, do distrito da Guarda e Freixo de Espada à Cinta, do distrito de Bragança.

Os manifestantes afirmaram que o encerramento da ponte está a causar problemas na circulação de pessoas, sobretudo as que residem numa margem e têm propriedades ou trabalho na outra margem.

Os candidatos do PS criticaram então a acção do Presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, Armindo Pinto Lopes, do PSD, que se recandidata ao cargo, dizendo que nos últimos quatro anos «nada executou em Barca d'Alva e vem agora tentar enganar esta povoação que ao longo dos tempos tem sido enganada».

Os socialistas consideram que Barca d'Alva, tem condições para ser «um pólo de atracção e desenvolvimento do concelho» e evidenciaram o esforço realizado pelo Governo nesta povoação, nomeadamente na construção de uma nova ponte rodoviária sobre o rio Águeda com ligação à Espanha e o cais fluvial, em construção.

O PS candidata Feliciano Martins, coordenador da Acção Integrada de Base Regional (AIBT) do Vale do Côa, para a presidência da Câmara e Joaquim Rodrigues, coordenador do Centro de Área Educativa da Guarda, para a Assembleia Municipal.



SONHANDO COM «CHITUGAL»

Como filho da terra de Neruda, não posso partir, dizer adeus a Portugal, sem antes falar com a alma, com sinceridade ao berço de Pessoa.

Poderia começar por agradecer a hospitalidade desta nação, não só para comigo – uma vez que tenho passado por cá dias maravilhosos –, mas também e sobretudo para com os significativamente numerosos refugiados políticos vindos do Chile nos tempos do ditador Pinochet. E friso o adjetivo não vá ser o caso de a alguma eufemista desmemoriado restar ainda vontade de chamar «governo autoritário» àqueles 17 anos de ditadura, de presos políticos, mortos e desaparecidos, de repressão e silêncio injustificados.

Obrigado, mais uma vez, queridos portugueses. O meu respeito e a minha disponibilidade estão convosco. Muito obrigado por acolherem a diáspora forçada de, mulheres, crianças e homens chilenos, de uma raça que, não por acaso, soube escolher Portugal como a sua segunda pátria, e, no caso de muitos jovens, como a primeira.

É de agradecer, e mais naquele cenário que se prolongou de 1973 a 1989.

Gostaria de realçar a grande semelhança geográfica e física entre as cidades portuguesas de Lisboa e Setúbal, e as urbes chilenas Valparaíso e Viña del Mar, cidades que, para além da sua beleza, reflectem e potenciam nas suas gentes a simplicidade e calor humano de ambos os países. Mas, o que é mais importante não sou eu quem o descobre agora. Trata-se da semente e do fruto colhido após um prolongado esforço laboral e graças à enorme capacidade de trabalho da nossa gente, esse espírito que

torna fortes as nações e que ultrapassa o poderio bélico e económico. Falo de fortaleza interior.

É por tudo isto e pelos meus irmãos chilenos refugiados que me permito enfatizar as minhas palavras e a minha preocupação com as pessoas que compõem os nossos povos, a classe média e baixa, porque são elas as que – sem pedir demasiado – carecem de condições de vida mais dignas que as actuais.

A crise económica mundial, acentuada pelo conflito americano-afegão, sem dúvida que fará registar um ano de 2001 muito por baixo às expectativas dos primeiros meses do ano.

Aumento de desemprego gera aumento de tensão social e, este, por sua vez, degenera num aumento da criminalidade. Este é o modelo. Este é o panorama, senhores, mesmo que não nos agrade.

Todavia, permitir-me-ão que sonhe. E se assim o fizesse, meus queridos portugueses, dir-lhes-ia que o meu sonho seria engrandecer a semelhança já existente entre o nossos povos, pois, como dissera

As folhas secas sobre as pedras da calçada conservam ainda os ecos do passado. Por isso é prudente pisá-las e determo-nos, para escutar o que têm para nos dizer os nossos mortos.

Sebastián Díaz González

In «Momentos Y contraMomentos» p. 88

em tempos um já falecido cantor e compositor uruguaio: «No meu país os pobres são os poetas da dor. No meu país reza-se por um dólar ou dois», lamentando-me pela ainda inexplicável existência de sem-abrigos, de gentes que moram em bairros da lata, da ausência de um bom sistema de saúde pública, de um modelo educativo estatal com qualidade, para mencionar apenas alguns dos problemas que o Chile vive diariamente e continuará a viver se o nosso governante Ricardo Lagos não rompe de vez com a anedota herdada dos «génios-economistas de Pinochet», que souberam lavar-nos o cérebro e fazer-nos crer que o sistema de mercado livre era a solução para todos, mas mesmo todos, os problemas do povo chileno, inclusive para a dor pelos desaparecidos. Esse povo que, apesar da fome, continua a acreditar nas promessas da concertação: saúde, habitação e educação digna para os mais desfavorecidos.

Com todo o carinho e respeito, permito-me lembrar-lhe isto, meu estimado Presidente. Por tudo isto, resisto-me a crer que os ideais e o espírito socialistas estejam mortos e muito menos no continente americano. Porque, enquanto existam pobres no mundo, camaradas, as nossas ideias e acções permanecerão vivas, visando dar resposta às necessidades da classe operária e daqueles que não têm trabalho, ou o que é pior, nem sequer têm a esperança de vir a ter trabalho.

Isto é digno?, pergunto-me e pergunto-lhes. Durante a minha estada em Portugal, tenho observado com satisfação que os chilenos refugiados desfrutam de boas condições de vida, do direito de acesso a habitação social de construção aceitável e a programas de

saúde pública, sem entraves económicos, inclusive na especialidade de medicina dentária, e não estamos a falar de cidadãos com nacionalidade portuguesa, mas de chilenos acolhidos pelo Governo de Portugal. Que bom!

Lá, no meu Chile, eu não poderia usufruir disto, nem mesmo da metade de tudo isto, talvez!

Dizem-me os meus conterrâneos, argumentando as razões que os afastam de voltar ao Chile, que não se trata de não ter vontade de regressar, mas sim da falta de uma garantia de uma qualidade de vida boa ou mesmo média.

Isto é duro de se ouvir e mais ainda quando os serviços noticiosos nacionais continuam a encher a boca com a estória de que a economia chilena obteve a melhor avaliação de toda a América Latina. Ah! Como se o povo, para além de pobre, fosse também idiota!

Por isso, prefiro deixar-me possuir pelos espíritos poéticos de Neruda e Pessoa, senhores, e concluir este artigo imaginando um país mais justo, um país de América e da Europa – possivelmente chamado Chitugal (*Chile + Portugal*) –; uma terra de gente simples, amigável e trabalhadora; berço de grandes poetas como os imaginários Peruda e Nesso, apreciadora do bom vinho e da boa mesa; vinho do qual todos bebem, mesa na qual todos comem, sem importar raça, religião ou esfera social, camaradas. Dos desaparecidos e da justiça falaremos outro dia. Provavelmente a uma distância maior, mas próximos afinal de contas.

«Saudade», que linda palavra...

*Artista, artista plástico e docente chileno
TRADUÇÃO: MARY RODRIGUES

QUADROS TÉCNICOS

Henrique Sobral

CARGOS E ENCARGOS

As observações tantas vezes ouvidas sobre a falta de quadros com que o partido se debate e as tentativas desenvolvidas esporadicamente em tempos de crise para descobrir valores levam-nos a perguntar se o partido tem sabido tratar devidamente dos seus recursos, neste caso humanos. Provavelmente não.

Por todo o país e por alguns locais no estrangeiro, nas empresas, nos organismos e nos estabelecimentos de ensino recolhem-se, refugiam-se e por vezes escondem-se centenas de quadros dos mais variados sectores de actividade, muitos deles especialistas qualificados nas suas áreas, alguns com experiência em cargos governativos, outros sólida actividade profissional e provas dadas dentro e fora do país cujo único defeito é,

muitas vezes, evitarem o efeito. Servindo as empresas ou o Estado durante uma vida inteira, avessos à autopromoção, incapazes de se soerguer para se tornarem notados, confiam no trabalho sério e persistente, crentes de que os mais válidos devem naturalmente ser chamados, sempre que se justifique, a funções de responsabilidade.

O problema que se tem posto quanto aos quadros especializados tem a ver com a capacidade de eles desempenharem tarefas situadas fora das suas áreas estritas de competência. Os especialistas não dão necessariamente bons gestores e políticos. A experiência diz que, pelo contrário, eles se transformam muitas vezes em dirigentes sofríveis e incompetentes. Compete de qualquer forma ao partido ter uma ideia exacta dos militantes que possui, das

pessoas com que pode contar. Só assim poderá ser capaz de atribuir tarefas a quem está capacitado para as desempenhar.

Se o Estado tem mecanismos para procurar e seleccionar as pessoas de que necessita, se as empresas buscam, por vezes com enorme rigor, os quadros que pretendem para as ajudar a conseguir os seus objectivos, o partido devia ter uma estrutura que o informasse com rigor das pessoas que possui para desempenhar as tarefas a que se propõe. É uma missão que interessa ao partido e necessariamente também ao país.

O desempenho deste ou daquele cargo dentro ou fora do partido não deve estar sujeito à memória mais ou menos traiçoeira ou falaciosa de colaboradores próximos dos responsáveis pelo provimento. O partido não deve, não deveria nunca,

transformar-se numa agência de empregos para uma rapaziada que entende a política não como uma actividade de serviço público mas sim como um trampolim de promoção e valorização pessoal.

O funcionalismo público está há muito conotado com o refúgio de quem não é capaz de se afirmar nas empresas privadas. Se em muitos casos isso é verdade, em muitos outros tal não acontece. Os objectivos das empresas privadas, que têm que comportar o lucro, não se coadunam com os propósitos do Estado, cujos fins têm a ver com o bem estar, a defesa e a valorização do cidadão. Há ainda muito a fazer para dignificar o funcionário público, como servidor do Estado.

E é tempo já do partido saber quem tem consigo.

AUTÁRQUICAS

Jorge Coelho

SETÚBAL VAI EM FRENTE!

Terra de gente laboriosa, lutadora e com valores, associados ao rio e ao mar e berço de figuras como Bocage e Luísa Tody, hoje, Setúbal afirma-se no contexto nacional como terra de progresso, desenvolvimento e terra de tolerância e liberdade.

É notável a evolução que, a todos os níveis, Setúbal tem sentido nestes últimos anos. Setúbal tornou-se numa cidade mais acolhedora, sem a agitação e conflitualidade que se tornaram suas referências há alguns anos atrás.

Setúbal deixou de ser a cidade das bandeiras pretas, das greves, manifestações a pretexto do desemprego e da má qualidade de vida. Setúbal modernizou-se, as empresas voltaram a apostar no concelho, o emprego aumentou e hoje, apesar de todas as dificuldades que ainda se vivem, o concelho tem todas as condições de prosseguir a senda do desenvolvimento e do progresso que todos os seus cidadãos anseiam.

Setúbal transformou-se por completo. Recuperou o seu orgulho. A semana passada teve mais um exemplo com a inauguração da Loja do Cidadão de Setúbal. É mais uma melhoria significativa na qualidade de vida dos setubalenses.

O facto de qualquer cidadão poder passar a tratar dos seus assuntos no mesmo sítio, num espaço moderno, com bom tratamento e com mais rapidez (B.I., Passaporte, pagamento de impostos, certidões, etc., etc.) é a demonstração de que Setúbal passa também a ter um dos serviços de excelência da Administração Pública. Setúbal está a ter



tudo do que há de melhor em Portugal. Esta semana também fica marcada pela decisão, tomada em articulação entre a Câmara Municipal e o Governo, que vai permitir a Setúbal, a curto prazo, dispor de uma nova área verde de mais de 80 hectares e a construção de um novo Complexo Desportivo com uma grande diversidade de equipamentos que vão permitir a toda a população uma forma de vida mais saudável e consequentemente com maior qualidade. Duas concretizações importantes, um mesmo objectivo — a melhoria da qualidade de vida dos setubalenses.

Ultrapassados, a todos os níveis, os principais problemas infra-estruturais do concelho, chegou a hora da requalificação e da modernização.

Os anos que se avizinhm são determinantes nesses objectivos. Os projectos já

conseguidos e que vamos agora concretizar são vitais para fazer de Setúbal um dos principais centros de turismo de qualidade em todo o País.

O programa Polis, que vai requalificar toda a zona ribeirinha e a Avenida Luísa Tody, já foi acordado e está a iniciar-se.

O programa Proqual que vai requalificar um conjunto vasto de bairros, construídos na década de 70, foi acordado e está a iniciar-se. A recuperação do Convento de Jesus e a instalação do Museu da Cidade vai ser uma realidade, sendo abertas as propostas do concurso respectivo no próximo dia 12.

Se associarmos a estas importantes realizações o investimento público que está a ser realizado no concelho: (ligação por comboio até à Gare do Oriente (pronto no primeiro semestre de 2003); construção de novas infraestruturas no importante Porto de

Setúbal; construção da Escola de Hotelaria; instalação da plataforma logística que utilize as potencialidades do Porto), poderemos verificar que uma nova etapa para o concelho de Setúbal esta prestes a ser conseguida. Uma etapa determinante para o futuro desta região para os próximos anos.

São mais empregos, é mais movimento no comércio da cidade, são novas oportunidades de negócio e serviços de melhor qualidade. Em síntese: é a melhoria da qualidade de vida para todos.

São obras conquistadas com grande esforço pela Câmara Municipal e em particular pelo seu presidente Mata Cáceres.

Esta não é a hora de voltar atrás. Não é a hora de correr o risco de, perante esta realidade, Setúbal parar. A confiança que foi conseguida junto dos vários agentes decisores não pode ser abalada. A capacidade de concretização, que está provada pelo que foi feito nos últimos anos, não pode ser posta em causa. É hora de ir em frente. Temos de prosseguir o desenvolvimento económico, de forma sustentada e devidamente acompanhado por uma política de solidariedade a todos os níveis.

É hora de conjugar o esforço que os poderes públicos (poder local e poder central) estão a fazer, em articulação com os agentes económicos e que estão dispostos a continuar.

Mas para isso é preciso estabilidade, sentido de responsabilidade e equilíbrio.

Este é o caminho e o rumo certo.

Há que agarrar o futuro e estou certo que Setúbal vai construir o seu futuro.



AUTÁRQUICAS

Edite Estrela

PROPAGANDA PRÉ-ELEITORAL

Bismarck afirmou, há 150 anos, que «nunca se mente tanto como antes de uma eleição, durante uma guerra ou depois de uma caçada».

Não me recordo do contexto em que tal declaração foi proferida, nem tenho elementos que confirmem a sua total veracidade. Dou, no entanto, de barato que tem razão.

É sabido — e a história vai confirmando — que nem tudo o que nos relatam, mostram e dizem das guerras corresponde ao acontecido. Basta pensar no mais recente caso, o do Afeganistão. Nunca se falou tanto de propaganda e de tentativas de «ganhar a guerra» através da opinião publicada. Também, neste caso, alguns órgãos de comunicação social têm sido aproveitados por uns e por outros, ora para conquistar adeptos ora para atacar o inimigo.

Durante os conflitos não temos acesso aos factos mas à sua interpretação, variando esta em função dos olhares que os presenciam e dos interesses das «fontes». Com as

tecnologias actualmente disponíveis, é possível manipular imagens, eliminar o que não convém, reforçar o que importa — em suma, recriar a realidade.

Quanto às caçadas, ou melhor, ao resultado delas, sinto-me dividida: adiro e recuso a tese da mentira. A minha experiência de mulher de caçador contraria a opinião do chanceler alemão (o que é familiarmente correcto). Mas, por outro lado, quem não conhece as anedotas sobre os números e os matizes das caçadas à portuguesa?! Cada caçador é o maior em pontaria e em presas arrecadadas. Quando as acções contradizem a fama, que é o mesmo que dizer quando as coisas correm mal, há justificações para tudo e, no limite, recorre-se às casas da especialidade.

As mentiras antes das eleições fiam mais fino. Até porque a verdade não é bem como o azeite. Como demora a vir ao de cima (quando vem!), pode fazer estragos irreparáveis, uma vez que o factor tempo é decisivo.

Não me refiro às mentiritas de mau pagador ou de vendedor de banha da cobra, lançadas num momento de maior aperto ou de entusiasmo comício. Graves são as mentiras sobre os adversários políticos (boatos, ataques pessoais e calúnias), e a demagogia (ou mesmo «lata») com que alguns candidatos prometem tudo a todos, para já não falar de toda a sorte de manipulação e de publicidade enganosa. Lamentavelmente, as ideias, os programas e os projectos contam pouco para a política-espectáculo em que as eleições tendem a transformar-se.

E, tal como acontece em tempo de guerra, também nos períodos eleitorais vale tudo para «ganhar a guerra» da propaganda e conquistar a cumplicidade dos «media». Uns são especialistas, outros aprendizes. A uns perdoa-se tudo, a outros nada se desculpa. A este propósito, convido o leitor a comparar o tratamento que certos jornalistas e comentadores dão aos diferentes candidatos. Quem não se recorda do que

foi escrito sobre o almoço de apresentação da minha candidatura? Falou-se do «manjar de inacreditável ostentação» — por sinal a ementa que o candidato do PSD posteriormente escolheu para o «seu» jantar e a que ninguém sequer aludiu — e do «gigantismo faraónico» do recinto, nem mais nem menos que uma antiga fábrica, no centro de Mem Martins, adquirida pela Câmara para evitar a especulação imobiliária. Compare, agora, com o que foi mostrado e escrito sobre o «comício-show» de Pedro Santana Lopes, no Coliseu dos Recreios, e observe as diferenças. Houve fado, tambores e vídeos, numa mega-encenação — com o candidato, qual D. Sebastião, a sair do nevoeiro ao som de «We're the champions!». O «speaker» de serviço orientava as manifestações do público — levantar, aplaudir, agitar as bandeiras. Alguém se indignou com a manipulação? Alguém questionou os custos da produção? Alguém falou de «política pimba»?!

In-«Expresso», 24-11-2001



MADEIRA

Gil França

FLASHES DE HIPOCRISIA SEM LIMITES

Curiosamente, nesse passado triste, era outra, bem diferente, a sua opinião sobre esses tais colonialistas, com laudatórias, psasme-se! em honra de quem?...

O Dr. Jardim tem a mania que só ele e os seus comparsas regionais é que sabem governar; só eles é que têm obra feita: só eles é que são autonomistas. Nem sei mesmo se não estarão convencidos que antes deles inexistiria a Madeira. Em antítese, todos os opositores ou quem não lhe preste vassalagem, ou são antiautonomistas ou, na sua linguagem desbragada, estão de cócoras perante os colonialistas de Lisboa. Colonialistas esses que, no passado, na sua versão actual, tanto espezinham e exploraram, o Povo Madeirense. Curiosamente, nesse passado triste, era outra, bem diferente, a sua opinião sobre esses tais colonialistas, adomada, até, com laudatórias frequentes, psasme-se! em honra de quem?... nada mais nada menos do que do próprio Dr. Oliveira Salazar, sobre o qual chegou mesmo a escrever, sublinho, a

escrever – não se tratando, portanto, de nenhum «lapsus linguae» – o seguinte: «Ficou Portugal a dever a Salazar a Paz de épocas difíceis (...) Puderam muitos lares adormecer quietos na certeza do amanhã, enquanto Salazar, só, velava afanosamente até madrugada, nos meandros difíceis das notas diplomáticas.» (Voz da Madeira, 29.07.70).

Como se vê, a hipocrisia não tem limites. E não deixa de ser uma estranha pirueta esta conversão estratégica, muito mais por conveniência do que por convicção, aos valores da democracia, que antes sempre repelira.

Autonomia, que é preciso dizê-lo, representou, de facto, para alguns um autêntico «jackpot». Basta comparar o seu património antes e a súbita prosperidade posterior. Como muitas vezes tenho dito, o que verdadeiramente nos distingue desses apóstolos visionários da verdade suprema, não é a Autonomia em si, mas tão-só, a forma e o modo como são exercidos, na prática, esses poderes autonómicos, numa Região em que tudo se faz à sua imagem e semelhança, qual Altíssimo, omnipresente, omnisciente e omnipotente.

E daí a sua imprescindível participação activa em todos os comícios, mesmo não sendo candidato, ou em todas as inaugurações, mesmo que de iniciativas privadas ou do foro autárquico etc, nessa sua excelsa qualidade de Rei Sol, sem o qual nada se pode fazer.

Deu-lhe novamente para reclamar, pela milionésima vez, em termos desbragados, como é seu timbre, a dissolução do Governo da República, alegadamente por este descriminar a RAM e não desenvolver convenientemente o País.

Sinceramente, creio que as pessoas começam a ficar incomodadas e fartas de tanta arrogância, insolência e malcriação contra os seus adversários políticos, comunicação social, instituições que não tutela e, até mesmo, os próprios órgãos de soberania e seus titulares. É um facto que Portugal se encontra ainda distante dos patamares de desenvolvimento económico e social da maioria dos seus parceiros europeus.

A verdade, porém, é que as soluções milagrosas inexistem e o atraso estrutural de um País, não se recupera, como que por magia, de um ano para o outro. Quem mais do que o PSD esteve à frente

dos destinos deste País, inclusive, com maiorias absolutas que lhe permitiam fazer todas essas reformas tão reclamadas agora. Por exemplo, só no sector da Educação, reconhecidamente um sector vital para a mudança de mentalidades e para o tal salto qualitativo que o País tanto precisa, foram 17 anos consecutivos de inacção à frente desse Ministério.

Porque não obtiveram, então, esses níveis de desenvolvimento?

Não esqueçamos, também, por outro lado, que há vinte e cinco anos que o PSD detém o monopólio do Poder Político na RAM, ainda por cima, com uma ambição totalitária que só encontra paralelo nalgumas conhecidas Respúblicas da América Latina, ou do terceiro mundo.

Pergunta-se, acaso haverá na Região um desenvolvimento superior ao do restante território nacional? Acaso os madeirenses terão, hoje, melhores níveis de conforto e de bem estar do que a restante população portuguesa?

Ou tudo não passará, afinal, de mais uma «conversa de treta» do género daquela mania ridícula do povo superior?

Em síntese, já enjoa tanto despatutério e hipocrisia!...

AUTÁRQUICAS

Joaquim Simões

O CIRCUITO DE LISBOA

1. Num circuito de Lisboa, desenrola-se uma competição de automóveis, que tem lugar de quatro em quatro anos. O carro número um, conduzido por um piloto que está habituado a ganhar o título para a sua equipa, há várias edições, vai na frente sem grandes preocupações. O seu perseguidor mais próximo, o carro número dois, esforça-se para não levar uma volta de avanço. A equipa do carro número dois já não ganha o campeonato há onze anos, e os seus pilotos costumam, de modo geral, ostentar capacetes reluzentes que contrastam com as suas sombrias «performances». Os restantes veículos competem apenas para tentarem melhorar os seus recordes pessoais. Apesar de tudo, o condutor do carro número três insiste em se exibir com a soberba de quem pretende exibir talento, faz peões e peões, sai fora da estrada, amolga um pouco a carroceria, e logo a seguir volta para a pista, convencido de que é uma estrela.

2. Um dos segredos do êxito do colectivo do carro número um resulta da associação entre duas escuderias, que corriam sozinhas nas competições anteriores. Estas, embora deslumbrassem através duma inovadora técnica de condução, não conseguiam evitar a vitória da equipa do carro 2, que, na altura,



estava aliada à equipa do carro 3. A partir do momento em que juntaram as energias, nunca mais o colectivo do carro número um perdeu uma corrida.

3. Os carros número cinco e número seis são guiados por individualidades competentes, hábeis, que procuram com a capacidade dos seus gestos equilibrar as suas viaturas frágeis, com suspensões enferrujadas e rodas cujos pneus são de

pouca consistência. Apesar de ficarem sempre nos últimos lugares, o público que os observa tem sempre a esperança de que, um dia, irão ultrapassar o carro número três, e toda a sua vaidade.

4. Tanto o piloto do carro número dois como o condutor do carro número três aparecem nos magazines automóveis, encostados aos seus bólides, com o sorriso de quem vai ganhar, mesmo sabendo que é muito provável a derrota. Há quem diga que é tudo uma questão de narcisismo. O condutor do carro número três quer um dia conduzir o carro número dois. O piloto do carro número dois quer um dia ser o dono da equipa.

5. Na edição de 2001, que está a ocorrer agora, há um aspecto particular, que, mal interpretado, pode até ser considerado como caricato. No altifalante do circuito, ouve-se a voz do comentador a exaltar a prestação do carro número dois, quase a jurar que ele vai à frente, embora esteja a grande distância do líder. A cada volta que passa, mais ênfase põe o comentador na prestação do carro número dois; parece que há uma luta titânica pela liderança da prova. Estará o comentador a ser isento? Ou terá apenas dificuldade em distinguir os veículos em competição?

6. O comentador continua a perorar sobre as qualidades da equipa do carro número dois, enquanto o público continua a aplaudir o carro número um. As pessoas, nas bancadas, vêm com clareza a força do motor e a qualidade das manobras do automóvel que se habituou a ganhar três títulos consecutivos, as pessoas estão perto da pista, observam com nitidez o desempenho dos bólides. O comentador está longe da pista, a sua cabina está distante, e parece envolto num certo nevoeiro, naquelas névoas que iludem, e fazem com que os olhos vejam apenas aquilo que eles desejam, perdidamente, ver. Nas bancadas perguntam se há médicos nas redondezas para verificarem se o comentador não sofre de alucinações visuais.

7. É evidente que qualquer semelhança com a eleição para a autarquia de Lisboa não é coincidência. O piloto do carro número um, vencedor da última corrida, tem os trunfos na mão: apoia-se na unidade do campo Socialista, na unidade da esquerda, a sua bandeira é a solidariedade, a dádiva, a coerência, a entrega. Resta esperar que a corrida termine, que João Soares ganhe, com tranquilidade, deixando o seu principal oponente a uma volta de distância.





QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Música em Abrantes

A «Música do Milénio» é uma iniciativa que já entrou nos hábitos culturais abrantinos. Tratando-se de ciclos de música erudita bastante diversificada atraindo, na quadra natalícia que se aproxima nomes consagrados das diferentes áreas musicais. Assim, realiza-se quarta-feira, dia 5 de Dezembro, às 21 e 30, no pequeno auditório do Cine-Teatro São Pedro, o espectáculo do Syrixx Ensemble.

Feira em Albufeira

As pinturas de Elsebeth Bruel esperam pela sua visita, até amanhã, entre as 10 e 30 e as 17 horas, na galeria de arte Pintor Samora Barros.

A Feira Franca fará, hoje, as delícias dos habitantes de Calhões.

Romance em Coimbra

A apresentação do romance «A Noite Americana», da autoria de Júlia Matos Silva e prémio literário Miguel Torga 2000, acontece hoje, pelas 18 horas, na Casa Municipal da Cultura. Seabra Pereira fará a apresentação pública da obra.

«O Príncipezinho», de Antoine de Saint-Exupéry, foi traduzido e encenado por João Maria André para ser apresentado, enquanto peça teatral, hoje e amanhã, a partir das 21 e 45, no Teatro Académico de Gil Vicente.

O Pavilhão do União de Coimbra – Solum foi o local escolhido para o arranque do certame «Inovarte-2001».

Trata-se de um salão de artesanato e produtos regionais que estará acessível ao público, até ao dia 2 de Dezembro, entre as 15 e as 23 horas.

Corrida na Guarda

O Inatel e o Grupo Desportivo do Sameiro (Manteigas) organizam, no dia 2, a corrida pedestre «Subida ao Vale do Sameiro» com característica de montanha, no vale do rio Zêzere, destinada a atletas de ambos sexos, federados ou não.

Festas Nicolinas em Guimarães

«Harry Potter» é o filme que o Cinema São Mamede exhibe, amanhã, sexta-feira, dia 30, às 16 e 30 e 21 e 45.

Também amanhã, será inaugurada a exposição de pintura de Cristina Camargo, que permanecerá patente na Associação Cultural e Recreativa.

As Festas Nicolinas decorrem a partir de hoje e até ao dia 7 de Dezembro. Hoje, não perca o «Pinheiro».

Dança em Lisboa

Hoje, na Delegação Regional de Lisboa do I.P.J., pelas 15 horas, discutir-se-á «O Oculto»,

no âmbito do ciclo de conferências «Os Jovens do Milénio».

De 4 a 9 de Dezembro, o grande auditório do Centro Cultural de Belém será palco do espectáculo DA Pilobolus, uma companhia de dança americana, criada em 1971, com elementos de uma classe de dança Dartmouth College, que hoje se evidencia na cena internacional.

O repertório da companhia é inventivo na coreografia e teatral na interpretação, resultando de tudo isto uma linguagem corporal de intensa plasticidade.

Amanhã é dia de estreias nos cinemas alfacinhas. Debutarão, assim, as películas de Chris Columbus, «Harry Potter e a Pedra Filosofal»; e de Raquel Freire, «Rasgaço».

No Padrão dos Descobrimentos, haverá, também amanhã, pelas 21 e 30, um espectáculo de ballet intitulado «Imaginário».

Folclore em Loulé

A Feira da Serra decorre, a partir de amanhã, prolongando-se até ao dia 2 de Dezembro, no Pavilhão do NERA, na zona industrial.

Assim, a inauguração oficial do evento realiza-se amanhã, pelas 20 horas, com a actuação de um rancho folclórico As Mondadeiras das Barrosas. Às 22 horas, o grupo feminino Moçoilas interpretará algumas cantigas da Serra do Caldeirão.

No segundo dia da feira, estarão em palco o Grupo Folclórico Gorjonense, às 19 horas; e a Ronda dos Quatro Caminhos, pelas 22 horas.

Comédia na Lousã

O Cine-Teatro da cidade exhibe, amanhã, dia 30, às 21 e 30, a comédia «American Pie – O Ano Seguinte».

Livro no Montijo

Realiza-se hoje o lançamento do livro «Cinema Teatro Joaquim de Almeida – Montijo e o Cinema», da autoria de José de Matos Cruz.

A apresentação pública da obra acontecerá

pelas 18 horas, no salão nobre dos Paços do Concelho.

Este sábado assista a mais um espectáculo do Festival de Dança, no salão da Santa Casa da Misericórdia de Canha, às 21 e 30.

O espectáculo de encerramento deste certame realiza-se no Pavilhão Municipal n.º 1, no próximo dia 8 de Dezembro, pelas 21 e 30, e contará com a participação especial dos Hexa Plus, campeões do mundo de hip hop.

Espectáculo em Paredes de Coura

Os The Gift vão actuar ao vivo no auditório municipal, no dia 1 de Dezembro, pelas 22 horas.

Histórias no Porto

O historiador português Hélder Pacheco lança hoje um livro de histórias sobre o Porto contadas por pessoas anónimas da cidade, na sua maioria referentes aos anos 40.

«Porto: Lugares Dentro de Nós» é apresentado na Fundação Cupertino de Miranda pelo professor da Faculdade de Letras do Porto Jorge Fernandes Alves, numa sessão em que o rancho folclórico da cidade executará canções e danças típicas da década de 40.

Natal em Sintra

A Feira de Natal acontece, este ano, no antigo mercado de Aguialva, até ao dia 16 de Dezembro.

Assim, esta semana, mais precisamente no sábado, às 18 horas, poderá apreciar o Coro Infantil Borboleta Linda.

Pelas 21 e 30, será a vez de ver e ouvir o agrupamento de música de câmara 1º Tempo, da Sociedade Filarmónica Recreativa de Pero Pinheiro.

No dia 2 de Dezembro, o Coro leal da Câmara actua às 16 horas; o grupo coral Allegro sobe ao palco duas horas mais tarde e, já no serão, pelas 21 e 30, será altura de apreciar a interpretação do grupo coral da Sociedade Filarmónica de Mira-Sintra.

SUGESTÃO

D'Arby + UB40

Os famosos UB40 e uma das referências musicais do R&B, Terence Trent D'Arby, estarão finalmente no Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações, em Lisboa, amanhã, dia 30 de Novembro.

O concerto promete ser um momento único e D'Arby assegurará a primeira parte do espectáculo dos senhores do reggae. Trata-se de um dois em um memorável, num espectáculo verdadeiramente imperdível e que faz antever uma bela noite musical de funk e rhythm and blues.

D'Arby vem apresentar a sua obra mais recente, «Wild Cards», onde retoma os pergaminhos que lhe deram fama, um misto de voz doce e poderosa, talento dramático e vastos conhecimentos de marketing.

Por seu turno, os UB40 regressam aos palcos portugueses para cumprir uma dupla festividade: o lançamento do álbum «Cover Up» e a celebração de 21 anos de carreira.

Uma mão-cheia de razões para não deixar passar este espectáculo.



POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Fermento do poema

Emoção, fermento do poema, mas o poema prolonga a emoção na fogueira da alma até que as cinzas da noite aquietam a febre das palavras a vertigem dos sentidos, e a paz regressa devagar onde a dor era expressão exacta de cada verso.

Mais tarda ao reler o poema o tempo refilui até à emoção donde brotou, e a ferida sangra de novo, fogueira ateadada nos subterrâneos da memória.

É assim a poesia: emoção cativa em cada verso à espera que o leitor a descubra e liberte, como quem solta ao vento as vozes ocultas no coração do mundo.

António Arnaut

In «As noites Afluentes», Coimbra Editora, 2001

Jazz 2001

Warren Vaché All Stars
com Benny Green e Jessie Davis

30 de Novembro
21h30

Grande Auditório
Centro Cultural de Belém



SEGURANÇA SOCIAL E SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL

1. Durão Barroso não entendeu nada das importantes reformas consolidadas pelos acordos estabelecidos entre o Governo e os parceiros sociais no domínio da Segurança Social. Não entendeu ou não quis entender, ou então quis abrir mais espaço para os sistemas privados complementares da segurança social, acenando com os riscos de piores pensões, daqui a algumas décadas.

2. Sejamos claros. O que espreita por trás das posições de alguma direita política (ultrapassando a CCPS e a CAP pela direita) é a subjugação a interesses privados de quem quer ilegítimamente liquidar (ou abalar seriamente) o sistema público de Segurança Social, para garantir não a complementaridade de sistemas privados, mas sim para estabelecer

uma Segurança Social a duas velocidades.

3. Os sistemas privados de segurança social, complementares do sistema público, têm a sua lógica e o seu espaço próprio, desde que não comprometam a estabilidade do sistema público de segurança social. Com Cavaco Silva, tivemos muita gente a fazer o discurso de Segurança Social falida. Com Durão Barroso, poderíamos ter ataques sérios e sistemáticos à estabilidade da segurança social.

4. Os ataques à IPE vindos de periodistas que divulgam partes de relatórios divulgados legalmente ou eventual fornecidos por magistrados ou funcionários com reduzidas preocupações deontológicas (casos certamente raros) integram-se numa campanha de descrédito de tudo o que

é público ou com participação pública. Marcelo Rebelo de Sousa procurou desencadear, há uns anos, uma campanha nesse sentido. Em boa hora, o Parlamento o meteu na ordem e mostrou o disparate e a inconsistência de muitos dos seus ataques.

5. A necessidade de lutar pelas boas práticas de gestão e o rigor no sector público empresarial e administrativo não nos podem fazer esquecer a importância de se manter uma intervenção do Estado, não só enquanto entidade reguladora, mas também como dinamizador e promotor de actividades económicas antes os interesses estratégicos o aconselhem e como garante o gestor do sistema público da Segurança Social. É isso que a direita dos interesses ilegítimos e a direita trauliteira não entendem ou não querem entender.

DIXIT

«Contrariamente ao que algumas notícias têm apontado, digo hoje aqui que o PS não se aliará ao CDS/PP. O que o PS precisa é de se aliar ao povo, porque assim será invencível nas autárquicas e no País»

Jorge Coelho
Barcelos, 25 de Novembro

«No tempo do Governo do PSD, não se cumpria a Lei das Finanças Locais, não se transferiam as verbas que eram fundamentais para as câmaras municipais poderem desenvolver os seus concelhos»

Idem, ibidem

«Tanto como de comércio livre, o mundo precisa de uma regulação justa do mesmo»

Vital Moreira
Público, 27 de Novembro

«Nos países pobres, o capitalismo sem barreiras só pode acentuar a miséria e a exploração»


Idem, ibidem

«Chegámos tarde à revolução industrial, e deveras não a tivemos numa modalidade eficaz, estagnámos meio século e atrasámos as outras actualizações»

José Magalhães
Diário de Notícias, 27 de Novembro

«Aqui (Internet) o atraso pode ser vencido e, pela própria capacidade da tecnologia, que é instantânea, conseguimos num período curto acertar com a agenda europeia, ajudar a formar a agenda europeia»

Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	€ / \$00

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	2,49 € / 500\$	3,99 € / 800\$
Regiões Autónomas	3,49 € / 700\$	5,99 € / 1.200\$
Macau	6,48 € / 1.300\$	11,97 € / 2.400\$
Europa	7,48 € / 1.500\$	14,47 € / 2.900\$
Resto do Mundo	11,47 € / 2.300\$	21,95 € / 4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	€ / \$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	8,23 € / 1.650\$	16,21 € / 3.250\$
Regiões Autónomas	11,97 € / 2.400\$	22,94 € / 4.600\$
Macau	22,94 € / 4.600\$	45,39 € / 9.100\$
Europa	27,43 € / 5.500\$	53,87 € / 10.800\$
Resto do Mundo	42,4 € / 8.500\$	82,8 € / 16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

António José Seguro
Director-adjunto

José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado

Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,

Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

